



Boletim de Transparência Fiscal

Rio de Janeiro, novembro de 2008



SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Joaquim Vieira Ferreira Levy

SUBSECRETÁRIO GERAL

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Marcelo Barbosa Saintive

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

George André Palermo Santoro

SUBSECRETÁRIO DE FAZENDA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Fabrizio R. Valle Dantas Leite

SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Josélia Castro de Albuquerque

SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL

Marco Aurélio Alves de Mendonça

SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA

Valéria Barbosa

EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

Ana Paula Quedinho

Carolina Barbosa Corrêa

Cláudia Santoro

Creusa Mattoso de Almeida

Daniela de Melo Faria

Fabrizio Marques Santos

Gabriel Silva de Goes Rodrigues

Gustavo Tavares Lameiro da Costa

Maria Helena Pitombeira

Pablo Reyes

Raphael Moura

Rebeca Virginia Escobar Villagra

Regina Helena Cavalcanti Milione

Renata dos Santos

Renata G. Rimes de Almeida

Ubyrajara de Souza Filho



O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL é uma publicação bimestral da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal por que vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha naquela da avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referida nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2001).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2203-7929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Rua da Alfândega, n.º 42 - 2º andar

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.070.000

Sumário

| | |
|---|----|
| Apresentação | 6 |
| I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro | 8 |
| II. Resultado Fiscal | 9 |
| II.1 Resultado Orçamentário | 9 |
| II.2 Resultado Primário | 11 |
| III. Receita Estadual | 11 |
| III.1 Receitas Correntes | 11 |
| III.1.1 Receita Tributária | 12 |
| III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties | 17 |
| III.1.3 Receita de Transferências | 19 |
| III.1.4 Demais Receitas Correntes | 22 |
| III.2 Receitas de Capital | 23 |
| IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro | 25 |
| IV.1 Despesa por Fonte de Recurso | 26 |
| IV. 2 Despesa por grupo | 26 |
| IV. 3 Despesa por área de governo | 29 |
| IV. 3.1 Saúde | 30 |
| IV. 3.2 Educação | 35 |
| IV. 3.3 FECAM | 38 |
| IV.4 Cota Financeira | 40 |
| V. Administração Financeira | 42 |
| V.1 Pagamento de PD's | 42 |
| V.2 Aplicações Financeiras | 43 |
| V.3 Pagamento das Concessionárias de Serviço Público | 44 |
| V. 4 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados | 45 |

| | |
|--|----|
| V.5 Requisições Judiciais de Pagamento..... | 48 |
| V. 6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu serviço..... | 50 |

Anexos

Anexo 1 – Despesas por Grupo

Anexo 2 – Despesas por Fonte de Recurso

Anexo 3 – Despesas por Órgão

Anexo 4 – Despesas de Pessoal por Órgão

Anexo 5 – Despesas de Custeio por Órgão

Anexo 6 – Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras por Órgão

Anexo 7 – Despesa Liquidada – Índice Saúde

Anexo 8 – Despesa Liquidada – Índice Educação

Anexo 9 – Despesa Liquidada – Índice FECAM

Anexo 10 – Índices Finais de Conservação Ambiental

Apresentação

Este é o quinto número de um boletim bimestral preparado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro com vistas a aperfeiçoar os mecanismos de controle e a transparência na execução do orçamento estadual. Esse controle tem pelo menos duas dimensões. A primeira liga-se ao reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão de receita. Despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou outros recursos orçamentários. Só assim eles poderão ser honrados tempestivamente e sem sobressaltos. Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente (suspensão de transferências voluntárias, por exemplo). O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, o cumprimento das obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. Essa é, portanto, a dimensão de solvência e previsibilidade no gasto. A segunda dimensão tem a ver com a aplicação dos recursos, cumprindo a Lei (e.g., vinculações) e procurando alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade, e efetividade. Para essa avaliação é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos. O boletim procura cobrir ambas as dimensões.

O Estado reafirma assim seu compromisso com a responsabilidade fiscal e a transparência, fazendo chegar mais informações ao cidadão contribuinte. Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do

Despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou outros recursos orçamentários.



Rio de Janeiro, no dia 13/11/08. A despesa refere-se, salvo ressalva, ao conceito de empenho liquidado, e a receita ao de realizada, ambas depuradas das rubricas intra-orçamentárias. A análise da administração da Dívida Pública tomou por base o valor do empenho efetivamente pago. Assinale-se que por uma peculiaridade do Estado do Rio de Janeiro, o orçamento da empresa de águas e saneamento – CEDAE encontra-se inserido no orçamento do Estado, não obstante o caráter crescentemente independente desta empresa. Para atenuar a distorção que esse legado histórico ainda impõe às contas públicas, o boletim procura identificar e segregar o efeito das receitas e despesas da CEDAE sobre as contas do resto do governo.

O Boletim é dividido em cinco seções além desta apresentação. A primeira faz uma breve análise das metas bimestrais de arrecadação e cronograma de desembolso do Estado do Rio de Janeiro. A segunda demonstra o resultado fiscal do 5º bimestre de 2008, e do período de janeiro a outubro, tanto no conceito primário como orçamentário. A terceira seção analisa a evolução das diversas rubricas de receita, e a quarta seção analisa a despesa, tanto no seu agregado de execução orçamentária, quanto no detalhe da aplicação em alguns órgãos-chave. A quinta seção apresenta elementos da política financeira do Estado, notadamente as operações do Tesouro Estadual para o pagamento das despesas atuais e restos a pagar deixados por administrações anteriores, assim como precatórios judiciais decorrentes de ações de administrações anteriores corrigidas pela Justiça.

Por uma peculiaridade do Estado do Rio de Janeiro, o orçamento da empresa de águas e saneamento — CEDAE encontra-se inserido no orçamento do Estado, não obstante o caráter crescentemente independente desta empresa.

I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro¹

A receita total no período setembro/outubro foi 13,4% maior em relação ao mesmo período de 2007. No período de janeiro a outubro, a receita total superou o projetado em 10,7%. Em decorrência desse resultado, a receita projetada para o ano foi reavaliada, passando de R\$42.968 milhões para R\$ 43.952 milhões.

Esta reavaliação permitirá a ampliação de certas despesas e revisão da programação orçamentária e financeira anunciada em meses anteriores, assim como deixar o Estado mais preparado para enfrentar as incertezas da economia prenunciadas para 2009.

A receita tributária dos 10 primeiros meses de 2008 excedeu a meta em 7,2%, e 9% no período setembro/outubro, com crescimento da arrecadação do ICMS em relação ao mesmo período de 2007 de 14,4%, e no 5º bimestre 15,2%. A receita patrimonial, cujo item principal é a receita de petróleo e gás, excedeu as metas bimestral e decimestral em 47,7% e 42,6% respectivamente.

As receitas de serviços, incluídas aí aquelas provenientes da cobrança de tarifas pela empresa de água e saneamento – CEDAE – também apresentaram dinamismo inédito, com desempenho 13,3% acima da meta para os 10 meses, e 12% para o 5º bimestre. As transferências correntes também apresentaram crescimento: 22,2% acima da meta bimestral, e 8,8% da meta do período entre janeiro e outubro. As receitas de capital permanecem abaixo da meta, fundamentalmente por causa do atraso no cronograma de obras e, conseqüentemente, nas transferências de capital, que somaram apenas 1,3% da meta do 5º bimestre, 14,6% da meta dos 10 primeiros meses.

Tabela 1

META DE ARRECAÇÃO DA RECEITA (JAN - OUT 2008) (art 8º da LRF)

R\$ milhões

| DISCRIMINAÇÃO | META DE RECEITA (SET-OUT) 2008 | RECEITA REALIZADA (SET - OUT) 2008 | % REALIZADO | META DE RECEITA (JAN-OUT) 2008 | RECEITA REALIZADA (JAN - OUT) 2008 | % REALIZADO |
|-----------------|--------------------------------|------------------------------------|---------------|--------------------------------|------------------------------------|---------------|
| REC. CORRENTES | 5.463.361,2 | 6.457.235,6 | 118,2% | 28.892.108,1 | 33.049.377,5 | 114,4% |
| TRIBUT. | 3.661.806,1 | 3.990.052,3 | 109,0% | 17.638.731,2 | 18.905.232,5 | 107,2% |
| CONTRIB. | 136.564,0 | 138.628,2 | 101,5% | 677.370,0 | 646.240,8 | 95,4% |
| PATRIM. | 487.847,1 | 720.594,7 | 147,7% | 4.576.939,4 | 6.527.798,7 | 142,6% |
| AGROPEC. | 7,5 | 5,5 | 73,2% | 48,7 | 26,4 | 54,1% |
| INDUST. | 8.974,5 | 5.758,4 | 64,2% | 58.965,6 | 57.602,0 | 97,7% |
| SERV. | 444.849,7 | 498.419,4 | 112,0% | 2.265.110,4 | 2.565.638,0 | 113,3% |
| TRANSF. CORR. | 613.570,5 | 749.816,0 | 122,2% | 3.093.043,1 | 3.363.929,9 | 108,8% |
| OUTRAS | 109.741,8 | 353.961,0 | 322,5% | 581.899,7 | 982.909,3 | 168,9% |
| REC. CAPITAL | 265.304,1 | 38.189,9 | 14,4% | 1.272.108,9 | 340.493,4 | 26,8% |
| OPER. CRÉDITO | 93.329,6 | 12.313,7 | 13,2% | 382.832,0 | 128.141,8 | 33,5% |
| ALIEN. BENS | 5,6 | 1.352,1 | 24248,3% | 27,9 | 1.546,4 | 5546,7% |
| AMORT. EMPRÉST. | 9.970,3 | 22.107,4 | 221,7% | 70.590,3 | 87.504,1 | 124,0% |
| TRANSF. CAP. | 161.957,6 | 2.127,5 | 1,3% | 818.453,4 | 119.425,6 | 14,6% |
| OUTRAS | 41,1 | 289,1 | 704,3% | 205,3 | 3.875,5 | 1888,2% |
| Total | 5.728.665,3 | 6.495.425,4 | 113,4% | 30.164.217,0 | 33.389.870,9 | 110,7% |

As receitas estaduais excederam as metas de receita do ano de 2008 em 13,4% no 5º bimestre, e 10,7% nos 10 primeiros meses.

¹ Os valores de receita e despesa incluem o orçamento da Imprensa Oficial. Em anexo, encontra-se um quadro de receita e despesa deste órgão.

A receita de contribuições foi 1,5% maior que a meta bimestral. No entanto, manteve-se um pouco abaixo da meta para o decamestre (95,4%), já que a folha de pessoal, que lhe serve de base de cálculo, vem evoluindo um pouco abaixo do previsto devido a dilatações do prazo de concursos (vide tabela 2).

A execução da despesa (paga) no período jan-out/2008 atingiu 99,1% das metas fixadas, segundo o artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal. A realização de 99,1% da meta prevista é decorrente do bom desempenho da receita ao longo do ano, o que permitiu uma execução da despesa acima da meta, bem como dos instrumentos de controle orçamentário e financeiro implantados no início do ano.

II. Resultado Fiscal²

Os resultados fiscais³ do 5º bimestre e dos 10 primeiros meses confirmam a tendência observada desde o começo do ano, mantendo-se acima dos resultados obtidos no período equivalente de 2007, tanto no que se refere ao resultado orçamentário quanto ao primário.

II.1 Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário do Governo Estadual nos dez primeiros meses de 2008 foi superavitário em R\$ 2.783,72 milhões, o que representa um crescimento de 33,9% com relação ao superávit de R\$ 1.190,35 milhões no mesmo período de 2007. A persistência e ampliação de bons resultados, mesmo contando fatores sazonais, ficam evidentes pelo aumento acumulado de 18,8% da receita total (+R\$ 5.281,49 milhões), superior aos 13,7% (+R\$ 3.688,12 milhões) de incremento da despesa total.

O resultado do 5º bimestre demonstra como receitas e despesas evoluíram em compasso, com a receita superior à

² O resultado fiscal exclui a receita e a despesa intra-orçamentária.

³ Nesta seção, a despesa é analisada pela ótica da liquidação, ao contrário da análise apresentada na primeira seção, em que em conformidade com a LRF utiliza-se o conceito de despesa efetivamente paga.

Tabela 2

| CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º / LRF) | | | | | |
|---|---------------------------|--|------------------|--------------------------------------|--------------|
| ESTADO DO RIO DE JANEIRO / JAN-OUT 2008 | | | | | |
| R\$ MIL | | | | | |
| GRUPO DE DESPESA | METAS DE EXECUÇÃO JAN-OUT | DESPESA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA JAN-OUT 2008* | RP 2007 PAGO | DESPESA TOTAL REALIZADA JAN-OUT 2008 | % REALIZADO |
| PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 7.710.249 | 6.549.021 | 610.375 | 7.159.396 | 92,9% |
| OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 17.699.526 | 18.116.983 | 875.421 | 18.992.404 | 107,3% |
| INVESTIMENTOS/INVERSÕES | 1.891.365 | 700.580 | 186.219 | 886.799 | 46,9% |
| JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÃO | 2.830.581 | 2.810.866 | | 2.810.866 | 99,3% |
| TOTAL | 30.131.721 | 28.177.450 | 1.672.015 | 29.849.465 | 99,1% |

*Considerada a despesa paga e excluídas as despesas intra-orçamentárias.

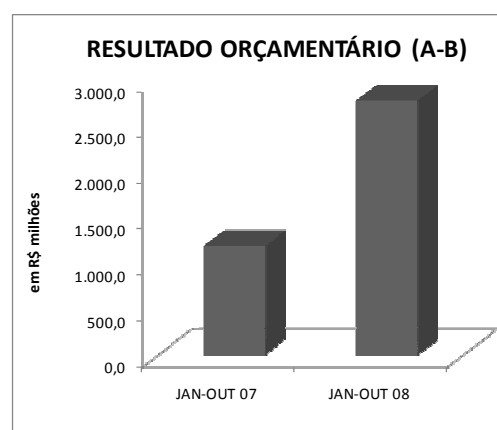
Tabela 3

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-OUT 2007/ JAN-OUT 2008

| DISCRIMINAÇÃO | EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT) | | var % | EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT) | | var % |
|-------------------------------|------------------------------|----------------|----------------|------------------------------|-----------------|---------------|
| | 2007 | 2008 | | 2007 | 2008 | |
| | R\$ milhões | | | | | |
| I. RECEITA TOTAL (A) | 5.483,4 | 6.495,4 | 18,5% | 28.108,4 | 33.389,9 | 18,8% |
| I.1 RECEITA CORRENTE | 5.389,5 | 6.457,2 | 19,8% | 27.831,0 | 33.049,4 | 18,8% |
| I.1.1 Tributária | 3.460,1 | 3.990,1 | 15,3% | 16.602,6 | 18.905,2 | 13,9% |
| I.1.2 Patrimonial | 719,0 | 720,6 | 0,2% | 4.521,8 | 6.527,8 | 44,4% |
| I.1.3 Transferências | 554,4 | 749,8 | 35,3% | 2.558,7 | 3.363,9 | 31,5% |
| I.1.4 Demais Correntes | 656,0 | 996,8 | 51,9% | 4.147,9 | 4.252,4 | 2,5% |
| I.2 RECEITA DE CAPITAL | 93,9 | 38,2 | -59,3% | 277,4 | 340,5 | 22,8% |
| II. DESPESA TOTAL (B) | 5.479,7 | 6.305,4 | 15,1% | 26.918,0 | 30.606,2 | 13,7% |
| II.1 DESPESA CORRENTE | 5.078,6 | 5.898,3 | 16,1% | 25.448,0 | 29.108,1 | 14,4% |
| II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais | 2.392,2 | 2.640,0 | 10,4% | 11.651,6 | 12.775,0 | 9,6% |
| II.1.2 Demais Correntes | 2.257,9 | 2.812,2 | 24,5% | 11.820,1 | 14.243,4 | 20,5% |
| II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida | 428,4 | 446,2 | 4,1% | 1.976,3 | 2.089,7 | 5,7% |
| II.2 DESPESA DE CAPITAL | 401,1 | 407,1 | 1,5% | 1.470,0 | 1.498,1 | 1,9% |
| II.2.1 Invest. | 210,1 | 188,8 | -10,1% | 759,7 | 661,9 | -12,9% |
| II.2.2 Inv. Financ. | 1,5 | 26,5 | 1656,3% | 10,4 | 111,4 | 966,6% |
| II.2.3 Amort. Dívida | 189,5 | 191,7 | 1,2% | 699,8 | 724,7 | 3,6% |
| RES. ORÇAM. (A-B) | 3,7 | 190,1 | 5038,9% | 1.190,3 | 2.783,7 | 133,9% |

Gráfico 1



despesa em R\$190,1 milhões (Tabela 3). As receitas totais do 5º bimestre foram 18,5% superiores às do mesmo período de 2007, enquanto que as despesas totais aumentaram 15,1%. O pagamento do 13º salário e outros fatores sazonais deve levar a uma redução do resultado nominal no 6º bimestre, sem prejuízo de um balanço favorável em comparação ao alcançado nos doze meses de 2007.

O item “Pessoal e Encargos Sociais”⁴ continuou a apresentar significativo crescimento real (acima do índice de preços IPCA), alcançando incremento nominal de 9,6% no acumulado do ano, e 10,4% do 5º bimestre, em relação aos mesmos períodos de 2007 (Tabela 3). Tal crescimento se explica primeiro pelo cumprimento dos aumentos de salários “em escadinha”, legislados em 2006, com alcance tanto no Executivo quanto nos outros Poderes. Além disso, carreiras que até 2007 não haviam recebido aumentos por quase dez anos, como a polícia militar e o magistério, receberam um aumento de 8% em setembro de 2008, os quais foram somados aos 4% recebidos em setembro de 2007.

As demais despesas correntes aumentaram em 20,5% nos dez primeiros meses do ano, e 24,5% no 5º bimestre (tabela 3.1). Esse crescimento se deve em grande parte ao aumento da contribuição do Estado ao FUNDEB⁵, que teve aumento de 33,9% no acumulado do ano, e 26,9% no bimestre, comparados com os mesmos períodos de 2007. As transferências para municípios cresceram 15,8% em relação ao período janeiro/outubro de 2007, e 16,7% em comparação com o 5º bimestre do ano passado. O item “Outras Despesas Correntes” apresentaram considerável aumento, tanto no acumulado do ano (+19,8%), quanto no bimestre (+29,7%), em relação aos mesmos períodos de 2007. Boa parte desse crescimento foi custeado com recursos próprios, basicamente CEDAE e Rioprevidência, e nas fontes do Tesouro, o aumento destinou-se principalmente à área de saúde, para

O resultado orçamentário nos dez primeiros meses de 2008 foi superavitário em R\$ 2.783,7 milhões, o que representa um crescimento de 33,9% com relação ao mesmo período de 2007.

Tabela 3.1
DEMAIS DESPESAS CORRENTES

| DISCRIMINAÇÃO | EXECUÇÃO BIMESTRAL (JAN-OUT) | | var % | EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT) | | var % |
|-------------------------------|------------------------------|-------|-------|------------------------------|--------|-------|
| | 2007 | 2008 | | 2007 | 2008 | |
| Demais Desp. Correntes | 2.258 | 2.812 | 24,5% | 11.820 | 14.243 | 20,5% |
| Transf. Municípios | 807 | 942 | 16,7% | 3.991 | 4.621 | 15,8% |
| Transf. FUNDEB | 387 | 491 | 26,9% | 1.710 | 2.289 | 33,9% |
| Outras | 1.064 | 1.380 | 29,7% | 6.120 | 7.334 | 19,8% |

O aumento do item “Outras Despesas Correntes” destinou-se principalmente à área de saúde, para medicamentos excepcionais, e serviços e material de consumo para as novas UPAs.

⁴ Nesta seção, “Pessoal e Encargos Sociais” inclui gastos com Inativos e Pensionistas.

⁵ Estas serão comentadas com mais detalhe no item III.1.3 (Receitas de Transferências).

medicamentos excepcionais, e serviços e material de consumo para as novas UPAs. O detalhamento da despesa é evidenciada no item IV deste boletim

II.2 Resultado Primário⁶

O resultado primário, nos dez primeiros meses de 2008 e no 5º bimestre deste ano, ultrapassou respectivamente em 26,9% e 39,1% a cifra equivalente para os mesmos períodos do ano anterior (Tabela 4), alcançando R\$ 5.040,2 bilhões nos dez primeiros meses do ano. Este resultado se explica pela elevação em 17,8% das receitas não-financeiras, acima, portanto, do crescimento de 13,8% das despesas não-financeiras. O fortalecimento do resultado primário implica a consolidação da capacidade de endividamento do Estado e de enfrentamento da possível desaceleração da economia em 2009, mesmo quando descontada a distorção decorrente da inclusão das receitas da CEDAE na posição fiscal do Estado.

III. Receita Estadual

No quinto bimestre, a receita estadual alcançou R\$ 6.457,24 milhões, levando o total dos dez primeiros meses do ano a R\$ 33.049,38 milhões. A receita do Estado cresceu 18,8% (R\$ 5.281,49 milhões) frente ao mesmo período do ano anterior, impulsionada pela receita tributária e patrimonial. No 5º bimestre do ano, a evolução da receita foi de 18,5% (R\$ 1.011,99 milhão) em relação ao mesmo bimestre de 2007.

III.1 Receitas Correntes

As receitas correntes alcançaram R\$ 33.049,38 milhões até o quinto bimestre de 2008 (+18,8% em relação ao mesmo período de 2007). As receitas tributárias no quinto bimestre foram 15,3% maiores do que no respectivo período de 2007, enquanto as receitas acumuladas em 2008 até o final do quinto bimestres cresceram 13,9% em

⁶ O resultado primário aqui, diferentemente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.

Tabela 4

RESULTADO PRIMÁRIO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-OUT 2007/ JAN-OUT 2008

R\$ milhões

| DISCRIMINAÇÃO | EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT) | | var % | EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT) | | var % |
|-----------------------------------|------------------------------|----------------|--------------|------------------------------|-----------------|--------------|
| | 2007 | 2008 | | 2007 | 2008 | |
| RECEITA (A) | 5.483,4 | 6.495,4 | 18,5% | 28.108,4 | 33.389,9 | 18,8% |
| RECEITAS FINANCEIRAS (B) | 138,3 | 157,6 | 14,0% | 407,0 | 611,8 | 50,3% |
| RECEITA NÃO-FINANCEIRA (C) | 5.345,1 | 6.337,8 | 18,6% | 27.701,4 | 32.778,1 | 18,3% |
| DESPESA* (D) | 5.479,7 | 6.305,4 | 15,1% | 26.918,0 | 30.606,2 | 13,7% |
| DESPESAS FINANCEIRAS (E) | 618,0 | 639,8 | 3,5% | 2.681,2 | 2.868,3 | 7,0% |
| DESPESA NÃO-FINANCEIRA (F) | 4.861,8 | 5.665,6 | 16,5% | 24.236,8 | 27.737,9 | 14,4% |
| RESULTADO PRIMÁRIO (C-F) | 483,4 | 672,2 | 39,1% | 3.464,6 | 5.040,2 | 45,5% |

Gráfico 2

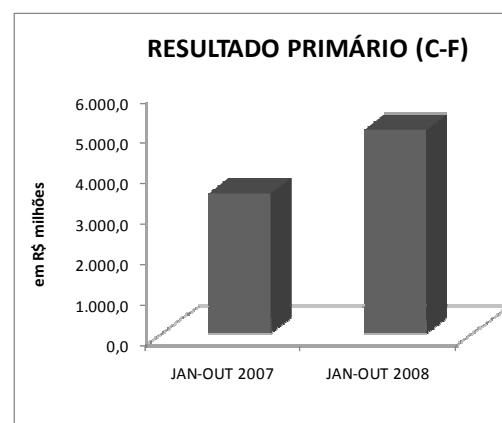


Tabela 5

DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-OUT 2007/ JAN-OUT 2008

R\$ milhões

| DISCRIMINAÇÃO | EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT) | | var % | EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT) | | var % |
|---------------|------------------------------|----------------|--------------|------------------------------|-----------------|--------------|
| | 2007 | 2008 | | 2007 | 2008 | |
| TRIBUTÁRIA | 3.460,1 | 3.990,1 | 15,3% | 16.602,6 | 18.905,2 | 13,9% |
| CONTRIBUIÇÕES | 99,7 | 138,6 | 39,1% | 628,7 | 646,2 | 2,8% |
| PATRIMONIAL | 719,0 | 720,6 | 0,2% | 4.521,8 | 6.527,8 | 44,4% |
| AGROPECUÁRIA | ,0 | ,0 | -44,3% | ,0 | ,0 | 11,2% |
| INDUSTRIAL | 4,5 | 5,8 | 27,1% | 48,2 | 57,6 | 19,6% |
| DE SERVIÇOS | 420,9 | 498,4 | 18,4% | 2.099,9 | 2.565,6 | 22,2% |
| TRANSF. CORR. | 554,4 | 749,8 | 35,3% | 2.558,7 | 3.363,9 | 31,5% |
| OUTRAS CORR. | 130,8 | 354,0 | 170,5% | 1.371,2 | 982,9 | -28,3% |
| REC. CORR. | 5.389,5 | 6.457,2 | 19,8% | 27.831,0 | 33.049,4 | 18,8% |
| REC. CAPITAL | 93,9 | 38,2 | -59,3% | 277,4 | 340,5 | 22,8% |
| Total | 5.483,4 | 6.495,4 | 18,5% | 28.108,4 | 33.389,9 | 18,8% |

relação a 2007. O crescimento em relação a 2007 das receitas patrimoniais do bimestre e no acumulado do ano foi de 0,2% e 44,4% respectivamente. O perfil de crescimento das receitas patrimoniais reflete uma combinação de fatos tais como a aceleração do resgate dos CFTs do Rioprevidência ter se dado apenas a partir do segundo semestre de 2007, o preço do barril de petróleo no mercado internacional ter subido ao longo de 2008, e muitas das paradas e atrasos nos cronogramas de produção de petróleo observados em 2007 terem sido superados mais recentemente. As transferências correntes cresceram em 2008 35,3% no quinto bimestre e 31,5% no acumulado do ano; o crescimento correspondente das receitas de serviços foi de 18,4% e 22,2% (nestas receitas se incluem convencionalmente as receitas advindas da cobrança de tarifas comerciais e residenciais pelos serviços de abastecimento de água e saneamento proporcionados pela da companhia estadual de águas e saneamento – CEDAE).

III.1.1 Receita Tributária

A arrecadação da receita tributária no quinto bimestre foi R\$ 3.990,05 milhões, 15,3% a mais em relação ao mesmo período de 2007. O valor acumulado no ano alcançou R\$18.905,23 milhões, representando um incremento de 13,9% em relação ao ano anterior (Tabela 6).

Como se sabe, o ICMS é o tributo mais importante para o Estado, correspondendo a aproximadamente 77% da arrecadação tributária. Os setores de maior peso na sua composição são Serviços de Comunicação (18%), Energia Elétrica (14,4%) e Petrolífera/Petroquímica (13,7%), como evidencia a Tabela 6.1.

No 5º bimestre, a arrecadação do ICMS alcançou R\$3.231,83 milhões (+15,2% em relação mesmo período de 2007). Até outubro de 2008, houve aumento de R\$1.828,14 milhões (+14,4%).

Tabela 6

RECEITA TRIBUTÁRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-OUT 2007/ JAN-OUT 2008

R\$ milhões

| DISCRIMINAÇÃO | EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT) | | var % | EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT) | | var % |
|---------------------------|------------------------------|----------------|--------------|------------------------------|-----------------|--------------|
| | 2007 | 2008 | | 2007 | 2008 | |
| RECEITA TRIBUTÁRIA | 3.460,1 | 3.990,1 | 15,3% | 16.602,6 | 18.905,2 | 13,9% |
| ICMS | 2.804,6 | 3.231,8 | 15,2% | 12.689,4 | 14.517,6 | 14,4% |
| Adicional do ICMS | 298,3 | 334,7 | 12,2% | 1.416,0 | 1.569,9 | 10,9% |
| IRRF | 169,0 | 206,5 | 22,2% | 858,5 | 960,3 | 11,9% |
| IPVA | 65,0 | 80,2 | 23,3% | 1.044,9 | 1.174,1 | 12,4% |
| ITD e ITBI | 39,1 | 38,5 | -1,5% | 167,3 | 204,0 | 22,0% |
| Taxas | 84,1 | 98,4 | 17,0% | 426,5 | 479,3 | 12,4% |

A receita tributária cresceu, em comparação a 2007, 15,3% no quinto bimestre e 13,9% no acumulado do ano

Dentre os setores que mais contribuíram para o aumento de arrecadação no bimestre está o de Petrolífera/Petroquímica – correspondente a mais R\$189,94 milhões no bimestre R\$ 397,18 milhões (+25,0%) no acumulado do ano. Este crescimento reflete uma série de medidas, inclusive a vigência do Convênio 130/2007 do Confaz aprovado em novembro passado, que deu estabilidade e segurança à tributação dos bens de capital usados na produção de petróleo e gás no Estado, e o aprimoramento da fiscalização eletrônica do setor (Tabela 6.2). O desempenho também reflete melhora na arrecadação na área do gás natural, inclusive naquele usado para transporte viário, e no comércio de combustíveis no atacado—ainda que persistam sérios problemas com algumas distribuidoras menores, inclusive no que tange ao álcool carburante. Por outro lado, a arrecadação associada à atividade de refino apresentou contração (em parte pela não repetição de denúncia espontânea em algumas das empresas), e o setor de petroquímicos básicos continua se ressentindo de certas reorganizações societárias, não obstante o forte apoio tributário de que se beneficiam algumas das empresas fluminenses.

Tabela 6.1
**ARRECAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ACUMULADO 2007/2008**

R\$ milhões

| DISCRIMINAÇÃO | EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT) | | part % | var % | EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT) | | part % | var % |
|-------------------|------------------------------|-----------------|---------------|--------------|------------------------------|------------------|---------------|--------------|
| | 2007 | 2008 | | | 2007 | 2008 | | |
| BEBIDAS | 126,63 | 142,16 | 4,4% | 12,3% | 677,18 | 744,78 | 5,1% | 10,0% |
| EDIT. E GRÁFICA | 63,48 | 71,35 | 2,2% | 12,4% | 318,27 | 347,22 | 2,4% | 9,1% |
| ELETRÔ-ELETRÔN. | 34,15 | 46,03 | 1,4% | 34,8% | 182,40 | 194,18 | 1,3% | 6,5% |
| ENERGIA ELÉT. | 400,30 | 409,68 | 12,7% | 2,3% | 2.112,08 | 2.092,39 | 14,4% | -0,9% |
| MET. / SIDERURGIA | 120,24 | 194,18 | 6,0% | 61,5% | 536,18 | 826,62 | 5,7% | 54,2% |
| COSMÉTICOS | 67,86 | 74,60 | 2,3% | 9,9% | 304,47 | 344,83 | 2,4% | 13,3% |
| PETRO. / PETROQ. | 378,79 | 568,73 | 17,6% | 50,1% | 1.588,94 | 1.986,11 | 13,7% | 25,0% |
| PROD. ALIMEN. | 66,56 | 76,07 | 2,4% | 14,3% | 345,61 | 364,63 | 2,5% | 5,5% |
| PROD. FARMA. | 102,62 | 99,80 | 3,1% | -2,7% | 481,21 | 502,11 | 3,5% | 4,3% |
| QUÍMICA | 94,27 | 120,44 | 3,7% | 27,8% | 412,14 | 512,68 | 3,5% | 24,4% |
| SERV. COMUNIC. | 507,88 | 540,29 | 16,7% | 6,4% | 2.389,32 | 2.620,79 | 18,0% | 9,7% |
| SERV. TRANSP. | 31,47 | 36,70 | 1,1% | 16,6% | 162,41 | 169,47 | 1,2% | 4,3% |
| SUPERMERCADOS | 119,00 | 145,25 | 4,5% | 22,1% | 647,11 | 711,90 | 4,9% | 10,0% |
| TÊXTIL | 57,62 | 69,99 | 2,2% | 21,5% | 321,33 | 346,37 | 2,4% | 7,8% |
| TRANSP. VIÁRIO | 180,41 | 117,03 | 3,6% | -35,1% | 482,51 | 506,06 | 3,5% | 4,9% |
| OUTROS | 453,30 | 519,50 | 16,1% | 14,6% | 1.728,28 | 2.247,43 | 15,5% | 30,0% |
| TOTAL | 2.804,58 | 3.231,83 | 100,0% | 15,2% | 12.689,42 | 14.517,56 | 100,0% | 14,4% |

A arrecadação do setor de petróleo e petroquímica beneficiou-se da estabilidade proporcionada pelo Convênio 130/2007 do Confaz e de mudanças na legislação e fiscalização na área de distribuição de combustíveis, compensando a queda verificada no refino

Tabela 6.2 – Desempenho do setor de petróleo, gás e petroquímica

| ATIVIDADE ECONÔMICA | 2007 | | 2008 | | Variação | | |
|------------------------------------|----------------|----------|----------------|----------|--------------|--------------|--------------|
| | Absoluto | Particip | Absoluto | Particip | Absoluta | Percent | Contribuição |
| EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL | 285,7 | 13,2% | 418,9 | 17,4% | 133,2 | 46,6% | 56,9% |
| PROD. & PROCESS. GÁS NATURAL | 10,3 | 0,5% | 39,9 | 1,7% | 29,5 | 286,0% | 12,6% |
| REFINO E VAREJO | 1.675,4 | 77,0% | 1.602,4 | 66,5% | (72,9) | -4,4% | -31,1% |
| PETROQUÍMICOS BÁSICOS | 74,2 | 3,4% | 78,3 | 3,3% | 4,2 | 5,6% | 1,8% |
| OUTROS DERIVADOS | 6,7 | 0,3% | 3,6 | 0,1% | (3,2) | -47,0% | -1,4% |
| RERREFINO ÓLEOS LUBRIFICANTES | 0,0 | 0,0% | 0,0 | 0,0% | (0,0) | -44,0% | 0,0% |
| DISTRIB GAS/ REDES URBANAS | 54,6 | 2,5% | 114,4 | 4,8% | 59,8 | 109,4% | 25,5% |
| ATACADISATA DE COMBUSTÍVEIS | 58,4 | 2,7% | 141,8 | 5,9% | 83,4 | 102,0% | 35,6% |
| ATACADISTA LUBRIFICANTE | 5,1 | 0,2% | 4,6 | 0,2% | (0,5) | -9,9% | -0,2% |
| ATACADISTA GLP | 3,3 | 0,2% | 4,2 | 0,2% | 0,9 | 26,1% | 0,4% |
| TOTAL | 2.173,8 | | 2.408,0 | | 234,2 | 10,8% | |

A arrecadação de Serviços de Comunicação cresceu +9,7%, enquanto a do setor de Energia Elétrica apresentou variação de -0,9%. A queda na arrecadação da energia

elétrica se deve a fortes reduções de tarifas em 2007 e à prevalência de perdas comerciais (consumo sem pagamento) tolerada por algumas distribuidoras. Estas perdas, em parte refletidas nas tarifas de consumo publicadas pela ANEEL, têm levado ao aumento do número de Consumidores Livres (i.e., que não usam uma distribuidora) e na saída de indústrias eletrointensivas do Estado.

O setor de Metalurgia e Siderurgia (R\$73,94 milhões no bimestre e R\$ 290,44 milhões no ano) apresentou o maior crescimento relativo (+54,2%) entre setores, devido à exuberância do mercado interno e a regularização do uso de créditos tributários em algumas empresas. Os setores de Cosméticos e Fármacos, assim como de Alimentação, por outro lado, apresentaram evolução da arrecadação muito abaixo das tendências de consumo das famílias identificadas pelo IBGE ao longo de 2008.

O bom desempenho do ICMS terá efeitos adicionais a partir dos próximos meses. A partir de 2009, a distribuição dos recursos irá incorporar critérios ambientais para repartição dos 25% da arrecadação que não estão ligados proporcionalmente ao valor agregado medido em cada município. Em 2009 mais de R\$ 48 mi (1% arrecadado), serão distribuídos considerando indicadores ambientais (Box 1). Em 2010 e 2011, os montantes devem ficar em R\$ 85 e R\$ 150 mi (1,8% e 2,5% do ICMS, respectivamente).

A arrecadação do imposto de renda sobre a folha dos servidores ativos e inativos e pensionistas do Estado se normalizou, crescendo 22,2% no bimestre e 11,9% até outubro com relação ao mesmo período do ano anterior.⁷

O IPVA apresentou um crescimento 23,3% no quinto bimestre em relação a 2007, bem acima do crescimento acumulado de 12,4% (R\$ 129,21 milhões) nos dez

A arrecadação no setor de Cosméticos ficou bem abaixo da tendência de consumo familiar identificada pelo IBGE

A partir de 2009, 1% da arrecadação do ICMS será distribuído de acordo com critérios ambientais (Box 1)

O IPVA apresentou crescimento de 23,3% no quinto bimestre, respondendo à maior ênfase na cobrança do tributo

⁷ A defasagem no repasse da parcela do IRRF dos inativos e pensionistas para o Tesouro Estadual, que foi acentuada no primeiro semestre, vem se reduzindo.

primeiros meses de 2008. Esse impulso no período mais recente se explica em parte pela maior ênfase na cobrança do tributo—inclusive no caso de atrasos—demonstrada pela administração fazendária.

O Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações--ITD manteve no 5º bimestre o ganho acumulado desde o começo de 2007, quando modificações na legislação federal das sucessões e o convênio com o município do Rio de Janeiro deram grande impulso à arrecadação desse tributo. A variação em relação ao período equivalente de 2007 foi de 0,2% no 5º e de 22,0% no acumulado do ano.⁸

No quinto bimestre de 2008, o crescimento das receitas de Taxas em relação ao período equivalente de 2007 foi 17,0% (R\$ 14,27 milhões) e 12,4% (R\$ 52,80 milhões) no ano. A evolução das receitas de taxas está relacionada ao crescimento da arrecadação para prevenção e extinção de incêndio, assim como das cobranças de custas judiciais e extrajudiciais. Conjuntamente, elas correspondem a 90,6% do incremento no recolhimento total de taxas no ano, sendo as primeiras equivalentes a 59,5% e custas e emolumentos da justiça a 31,0% da variação no período. Cabe ressaltar, que as últimas receitas são administradas pelo Poder Judiciário, que as utiliza para o investimento em novas instalações e melhoria do serviço.

A evolução das receitas de taxas está relacionada ao crescimento da arrecadação para prevenção e extinção de incêndio, assim como das cobranças de custas judiciais e extrajudiciais. Conjuntamente, elas correspondem a 90,6% do incremento no recolhimento total de taxas no ano.

Tabela 6.3

RECEITA DE TAXAS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-OUT 2007/ JAN-OUT 2008

| DISCRIMINAÇÃO | EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT) | | var % | EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT) | | var % |
|---------------------------------------|------------------------------|------|-------|------------------------------|-------|--------|
| | 2007 | 2008 | | 2007 | 2008 | |
| Taxas | 84,1 | 98,4 | 17,0% | 426,5 | 479,3 | 12,4% |
| Emolumentos e Custas Extrajudiciais | 28,1 | 32,9 | 17,3% | 135,0 | 153,2 | 13,5% |
| Emolumentos e Custas Judiciais | 35,9 | 40,5 | 12,8% | 172,1 | 185,3 | 7,7% |
| Emol. do Corpo de Bombeiros do RJ | 0,5 | 0,8 | 50,0% | 2,3 | 4,7 | 103,8% |
| Taxas de Prev. e Extinção de Incêndio | 12,3 | 16,1 | 30,4% | 83,7 | 97,7 | 16,7% |
| Outras Taxas | 7,3 | 8,1 | 10,9% | 33,4 | 38,4 | 14,9% |

⁸ A arrecadação do ITD (Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e por Doação de Quaisquer Bens e Direitos) cresceu 39% ao longo de 2007, especialmente no segundo semestre. O crescimento da receita decorrente de transações com bem móveis se explica principalmente pela tributação das doações. O crescimento do tributo sobre bens imóveis (que corresponde a 2/3 do recolhimento do imposto), se deveu à simplificação do processo obtida com as novas regras para pagamento do ITD estabelecidas pela Secretaria de Fazenda e pela Procuradoria Geral do Estado no começo de 2007. No segundo semestre, houve ainda a implantação de um sistema de informática que permite agilizar o cálculo e pagamento do tributo via internet, que foi resultado de parceria entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e a Secretaria de Fazenda do Estado do RJ. Este sistema deve ser expandido a outras municipalidades que manifestem interesse e tenham bancos de dados do valor dos imóveis em base eletrônica.

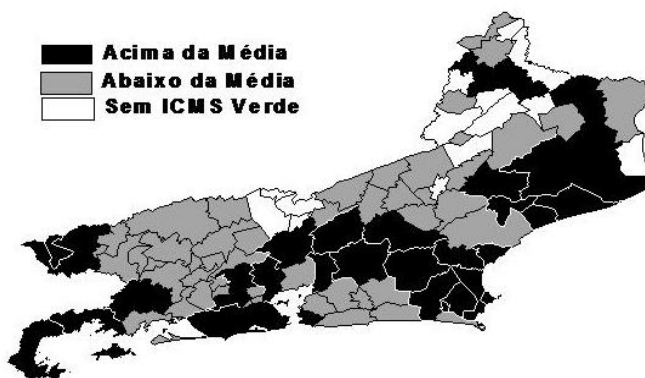
BOX 1: IMPLEMENTAÇÃO DO ICMS-VERDE

A Lei do **ICMS-Verde** (Lei nº 5.100 de 04 de outubro de 2007) consolidou a intenção do Estado do Rio de Janeiro de incentivar a proteção ao ambiente, a partir da incorporação de critérios de conservação ambiental na fórmula de repasse do ICMS aos municípios fluminenses.

Ao longo de 2008 foram tomadas as providências previstas para que, já a partir de 2009, um ponto percentual do ICMS arrecadado pelo Estado seja distribuído pelos critérios definidos na Lei do ICMS-Verde. Este percentual aumentará para 1,8% da arrecadação em 2010, estabilizando-se em 2,5% a partir de 2011. Com isto, o Rio de Janeiro, se juntou em tempo recorde aos dez estados brasileiros que incluem a conservação ambiental no critério de rateio do ICMS.

Pela Lei, o ICMS-Verde deverá obedecer ao Indicador de Conservação Ambiental (ICA) correspondente à ponderação de três critérios: 45% para áreas conservadas (Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPN e Áreas de Preservação Permanente – APP), sendo que os municípios que criarem suas próprias unidades de conservação garantirão 20% deste percentual; 30% para os recursos hídricos; e 25% sobre a coleta e disposição adequada dos resíduos sólidos. O valor do ICA e, portanto, da participação de cada um dos municípios será calculada anualmente pela Fundação CIDE⁹.

A atual distribuição do ICA é bastante heterogênea dentro do Estado, em parte por conta da distribuição da cobertura vegetal remanescente no Estado e, portanto, das áreas de conservação ambiental. A variedade na distribuição de recursos hídricos—recursos de importância fundamental para o bem estar de todo o Estado, independente da sua localização—também afeta a distribuição do ICA entre os municípios. Esses fatores determinaram que as regiões Serrana e de Baixada Litorânea devam inicialmente se beneficiar mais dessas novas transferências: é o caso de Cachoeiras de Macacu e Iguaba Grande, conforme o mapa abaixo.



Uma grande vantagem do ICMS-Verde, no entanto, é que ele não é estático. A distribuição atual atribui 26,5% do valor a ser distribuído à região de Baixada Litorânea, e 28,2% às regiões Serrana/Médio Paraíba, conforme tabela abaixo. Mas essa distribuição poderá mudar dependendo das políticas adotadas pelos municípios.

⁹ BOX 1- Está disposta em anexo a tabela com o Índice Final de Conservação Ambiental de agosto de 2008, divulgado pela Fundação CIDE. (<http://www.cide.rj.gov.br/>).

A inclusão do tratamento de resíduos sólidos, em particular, permite que os municípios que investirem no tratamento desses resíduos—cujo impacto sobre o meio ambiente é fortíssimo—venham a receber substanciais somas de recursos pelos seus esforços. Isto pode ser particularmente importante, por exemplo, a leste da Baía de Guanabara, onde deverá haver um aumento da pressão demográfica na esteira da construção do COMPERJ.

Tabela 1. Participação relativa das regiões do Estado do Rio de Janeiro no ICA-2009.

| Regiões | Participação no número de Municípios do Estado | Participação no ICA |
|-----------------------|--|---------------------|
| Baixadas Litorâneas | 14,1% | 26,5% |
| Centro Sul Fluminense | 10,9% | 1,6% |
| Costa Verde | 4,4% | 5,9% |
| Médio Paraíba | 13,0% | 12,5% |
| Metropolitana | 18,5% | 25,6% |
| Noroeste Fluminense | 14,1% | 3,1% |
| Norte Fluminense | 9,8% | 9,1% |
| Serrana | 15,2% | 15,7% |
| Total | 100% | 100% |

Fonte: Tabela formada a partir dos dados disponibilizados no endereço:

<http://www.cide.rj.gov.br/cide/download/ICMSVersaofinalposrecursos08agosto.xls>

Áreas que venham a apresentar recuperação da cobertura vegetal — como o Noroeste Fluminense, cuja participação no ICA é baixo — também poderão se beneficiar, e.g., em consequência da implementação de empreendimentos de silvicultura econômica previstos pela Lei nº5067/2007 sobre Zoneamento Ecológico Econômico. Essa Lei prevê, entre outras coisas, que empreendimentos em grande escala ficarão obrigados a recuperar as Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, com espécies nativas da Mata Atlântica em 20% (vinte por cento) da área a ser implantada. Empreendimentos em pequena escala poderão, também, ter impacto positivo no ICA dessa região. A experiência com a efetiva distribuição de mais de R\$ 48 milhões em 2009 e de aproximadamente R\$ 85 milhões em 2010 deverá ser um marco da administração Sérgio Cabral e proporcionar recursos e incentivos, junto ao uso criterioso dos recursos do FECAM, para colocar o Estado do Rio de Janeiro na dianteira da proteção ambiental no País.

Tabela 7

RECEITA PATRIMONIAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-OUT 2007/ JAN-OUT 2008

R\$ milhões

| DISCRIMINAÇÃO | EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT) | | var % | EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT) | | var % |
|----------------------------|------------------------------|--------------|-------------|------------------------------|----------------|--------------|
| | 2007 | 2008 | | 2007 | 2008 | |
| RECEITA PATRIMONIAL | 719,0 | 720,6 | 0,2% | 4.521,8 | 6.527,8 | 44,4% |
| Petróleo | 285,0 | 452,4 | 58,7% | 3.308,1 | 4.921,5 | 48,8% |
| Royalties | 284,7 | 451,9 | 58,7% | 1.280,9 | 1.881,2 | 46,9% |
| Part. Especial | 0,0 | 0,0 | 0,0% | 2.025,7 | 3.038,2 | 50,0% |
| FEP | 0,3 | 0,5 | 59,9% | 1,4 | 2,2 | 51,3% |
| CFT's | 379,9 | 136,6 | -64,0% | 956,9 | 1.161,8 | 21,4% |
| Aplic. Financeiras | 46,0 | 121,9 | 165,2% | 216,3 | 394,6 | 82,4% |
| Demais Rec. Patrimoniais | 8,2 | 9,7 | 18,7% | 40,4 | 49,9 | 23,5% |

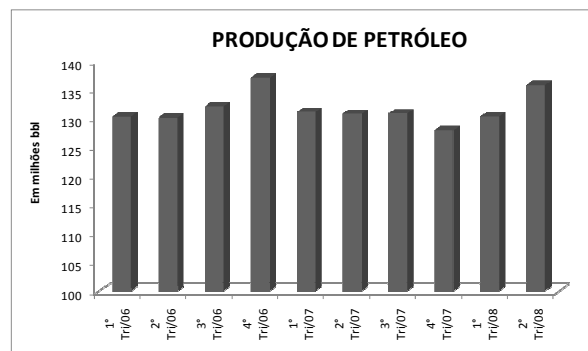
III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

A Receita Patrimonial alcançou R\$ 6.527,80 milhões no acumulado dos primeiros dez meses de 2008 (Tabela 7), totalizando R\$ 720,59 milhões no 5º Bimestre. Comparativamente com 2007, as variações dos períodos ficam em 44,4% e 0,2% respectivamente. Neste grupo, destacam-se as receitas de royalties da produção de petróleo e gás que chegaram a R\$ 451,91 milhões no bimestre. No caso dos CFTs, a comparação com o ano anterior é distorcida pelo fato de que houve uma concentração de resgates no 5º bimestre de 2007.

O aumento da receita de participações governamentais sobre a produção de petróleo e gás se deve principalmente aos preços excepcionais do barril de petróleo até os meses recentes. A receita de participações governamentais em 2008 foram 58,7% no quinto bimestre e 46,9% nos primeiros cinco bimestres em relação aos períodos correspondentes de 2007.

O dinamismo do preço do petróleo até outubro de 2008 foi refletido em aumento do valor médio do petróleo em dólares no período base (Nov/07-Ago/08) em 67,2% relativamente ao mesmo período de 2006-2007. Este dinamismo mais que compensou o pequeno crescimento, no mesmo período, da produção de 0,9% pela Petrobras e outras concessionárias, e a apreciação da média do câmbio em 17,1% (Tabela 8).

Os recursos obtidos com o resgate dos CFT cresceram 21,4% no acumulado do ano de 2008 em relação ao mesmo período do ano passado. Isto se deu por conta da aceleração no cronograma de resgate desses títulos acertada com a União em meados de 2007, e porque o indexador do valor de resgate dos títulos (IGP) apresentou forte aumento a partir do final de 2007. Esta receita, apesar de ser o resultado de uma permuta de haveres com o Tesouro Nacional, é convencionalmente contabilizada como receita corrente. A troca de haveres obrigou o Estado a transferir para a União, regularmente e até 2014, um fluxo de pagamentos (também indexado ao IGP), respaldado nas receitas estaduais associadas à produção de petróleo e gás¹⁰. A receita de CFT no 5º bimestre de 2008 foi 64% menor do que a do mesmo bimestre de 2007, porque naquele período houve uma concentração de resgates.

Gráfico 4


O aumento do preço do petróleo em dólares compensou o pequeno crescimento na produção e a apreciação do Real em relação ao período base do decimestre de 2007

Tabela 8

| Discriminação | Nov/06 - Ago/07 | Nov/07 - Ago/08 | Var. % |
|---------------------------|-----------------|-----------------|--------|
| Produção (milhões de bbl) | 442,25 | 446,31 | 0,9% |
| Brent (US\$/bbl) | 64,85 | 108,45 | 67,2% |
| Taxa de Câmbio (R\$/US\$) | 2,04 | 1,69 | -17,1% |

Nos 10 primeiros meses de 2008, o resgate de CFT's fica 21,4% acima em relação ao mesmo período de 2007.

¹⁰ Assinale-se que a receita de Royalties e Participações Especiais vinculada contratualmente ao pagamento da compra destes títulos não é descontada das receitas correntes líquidas do Estado, estando esse pagamento apenas consignado como uma das despesas do Estado. Ou seja, a Receita Corrente Líquida do Estado inclui a receita patrimonial usada para a permuta dos CFTs e o valor do resgate escalonado desses mesmos títulos.

O retorno das aplicações financeiras alcançou R\$ 121,86 milhões (+165,2%) em relação ao 5º bimestre de 2007, e totalizou R\$ 394,57 milhões no acumulado do ano, 82,4% acima do acumulado do ano passado. Isto é fruto do trabalho de ordenamento do fluxo de caixa estadual, com a implantação da cota financeira, bem como do trabalho de seleção e migração dos saldos financeiros do Estado para os fundos de melhor rentabilidade, ambos desenvolvidos pela Subsecretaria de Finanças.

A receita de aplicações financeiras cresceu 165,2% no bimestre e 82,4% no acumulado do ano.

III.1.3 Receita de Transferências

A receita de transferências foi de R\$ 3.363,93 milhões nos primeiros dez meses de 2008, e R\$ 749,82 no 5º bimestre, representando respectivamente 31,5% e 35,3% a mais do que os mesmos períodos de 2007. Parte significativa desse crescimento não representa, no entanto, receitas adicionais para o Estado.

Do total da receita de transferências recebidas em 2008 até outubro, menos de dois terços (R\$ 1.956,23) correspondem a Transferências da União. Estas apresentaram crescimento de 21,1% em relação ao período janeiro/outubro de 2007. No 5º bimestre, estas transferências somaram R\$ 416,84 (+21%).

O Estado do Rio de Janeiro recebe relativamente poucas transferências constitucionais e legais da União, tendo-se sido o 15º estado em termos de transferências em 2007 (Tab 9.1).¹¹ O volume de transferências recebidas pelo Rio ficou entre daquele recebido por Alagoas (14º) e Sergipe (16º), e abaixo daquele recebido por estados relativamente industrializados, como São Paulo (1º), Minas (3º), Rio Grande do Sul (9º), Paraná (8º) e Bahia (2º).

Tabela 9

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-OUT 2007/ JAN-OUT 2008

R\$ milhões

| DISCRIMINAÇÃO | EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT) | | var % | EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT) | | var % |
|----------------------------------|------------------------------|--------------|--------------|------------------------------|----------------|--------------|
| | 2007 | 2008 | | 2007 | 2008 | |
| RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS | 554,4 | 749,8 | 35,3% | 2.558,7 | 3.363,9 | 31,5% |
| Transf da União | 344,5 | 416,8 | 21,0% | 1.614,9 | 1.956,2 | 21,1% |
| FPE | 88,4 | 106,2 | 20,2% | 468,2 | 582,7 | 24,5% |
| IPI exp | 82,0 | 97,5 | 18,9% | 337,3 | 447,2 | 32,6% |
| IOF | 0,0 | 0,0 | 23,0% | 0,1 | 0,1 | -4,1% |
| CIDE | 24,2 | 14,2 | -41,3% | 95,2 | 81,3 | -14,6% |
| SUS | 89,4 | 98,7 | 10,5% | 401,0 | 516,2 | 28,7% |
| Salário Educação | 34,7 | 39,0 | 12,2% | 173,6 | 198,8 | 14,5% |
| Lei Kandir | 14,3 | 14,3 | 0,0% | 71,5 | 71,5 | 0,0% |
| Demais Transf. da União | 11,5 | 46,9 | 308,0% | 68,0 | 58,6 | -13,8% |
| FUNDEB | 183,4 | 268,8 | 46,6% | 822,2 | 1.226,2 | 49,1% |
| Convênios | 26,1 | 63,6 | 143,4% | 121,0 | 179,5 | 48,4% |
| Outras Transf. Corr. | 0,4 | 0,5 | 37,8% | 0,7 | 2,0 | 201,9% |

¹¹ A Tabela 9.1 inclui transferências do FPE (o Rio de Janeiro foi o 22º colocado), FUNDEB (22º), SUS (7º), CIDE (6º), Lei Kandir (7º), Fundo de Exportação-FEX (11º), IPI (2º), além de IOF-Ouro.

Tabela 9.1 Transferências da União em 2007 (R\$ milhões)

| Colocação | UF | TOTAL | Colocação | UF | TOTAL |
|-----------|----|---------|---------------|-----------|----------------|
| 1 | SP | 5.351,4 | 15 | RJ | 1.661,2 |
| 2 | BA | 4.596,6 | 16 | SE | 1.505,0 |
| 3 | MG | 3.812,9 | 17 | AM | 1.389,4 |
| 4 | PE | 3.268,0 | 18 | AP | 1.347,5 |
| 5 | PA | 2.874,7 | 19 | AC | 1.332,5 |
| 6 | MA | 2.746,4 | 20 | GO | 1.325,6 |
| 7 | CE | 2.693,2 | 21 | MT | 1.232,8 |
| 8 | PR | 2.559,6 | 22 | RO | 1.154,8 |
| 9 | RS | 2.340,2 | 23 | SC | 1.022,5 |
| 10 | PB | 1.838,5 | 24 | RR | 983,2 |
| 11 | TO | 1.759,1 | 25 | ES | 894,4 |
| 12 | PI | 1.748,1 | 26 | MS | 681,2 |
| 13 | RN | 1.710,5 | 27 | DF | 627,1 |
| 14 | AL | 1.680,0 | BRASIL | | 54.137 |

As principais transferências da União para o Estado são o Fundo de Participação dos Estados – FPE¹², e o IPI-Exportação, sendo esta uma proporção da arrecadação federal do Imposto sobre Produtos Industrializados¹³. Apesar do Estado ter se colocado 22º lugar na distribuição desses recursos em 2007, houve um aumento dessas receitas devido a ambas transferências apresentarem notável dinamismo em 2008. O crescimento relativo aos respectivos períodos de 2007 foi de 20,2% no 5º bimestre e de 24,5% nos primeiros cinco bimestres para o FPE, e 18,9% e 32,6% nos períodos correspondentes para o IPI-Exportação. Esse dinamismo provavelmente não se repetirá em 2009. Isto se explica primeiro porque o Imposto de Renda sobre a Pessoa Jurídica em 2008 beneficiou-se de um quadro muito favorável para operações financeiras por bancos e empresas, que não

As transferências constitucionais da União para o Estado do Rio de Janeiro são relativamente pequenas, tendo o Estado ficado em 15º lugar no total das transferências recebidas em 2007, colocando-se em 22º no caso do FPE

¹² A composição do FPE é de 21,5% do Imposto de Renda (Pessoa Física e Jurídica) e 21,5% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A participação dos Estados no FPE é fixada pela Lei Complementar nº62/89. No caso do Rio de Janeiro, esta é de 1,5277%.

¹³ Do Imposto sobre Produtos Industrializados 10% são destinados aos Estados e ao Distrito federal, proporcionalmente ao valor das exportações isentas de ICMS (Artigo 159, II da Constituição Federal). O Tribunal de Contas da União divulga, anualmente, os coeficientes de participação de cada Estado e do Distrito Federal, para a distribuição da parcela de receita. Para os Municípios são transferidos 25% nos mesmos critérios de distribuição do ICMS.

deve se repetir. Segundo, a indústria de transformação, a principal base do Imposto sobre Produtos Industrializados teve um ano de excepcional crescimento em 2008.

O crescimento de transferências do SUS foi 10,5% maior no 5º bimestre de 2008 em relação a 2007, e 28,7% maior no período janeiro/outubro. Os resultados refletem primordialmente um ajuste de tabela de ressarcimento por serviços feito em 2006.

O Salário Educação também apresentou desaceleração. Seu crescimento em relação a 2007 foi de 12,2% no 5º bimestre, contra 14,5% no acumulado do ano. A redução da CIDE decidida anteriormente pela União para acomodar os custos de produção dos combustíveis em face do aumento do preço do petróleo levou a uma queda de receita de 14,6% ao longo de 2008.

Os R\$ 1.226,20 milhões de transferências do FUNDEB recebidos até o final de outubro, na verdade são essencialmente financiados pelo próprio Estado, cujo aporte ao fundo é maior e apresentou maior crescimento do que as transferências recebidas do fundo. Enquanto as transferências recebidas do FUNDEB nos cinco primeiros bimestres de 2008 aumentaram em R\$404,0 milhões em relação ao mesmo período de 2007, aportes do Estado para o fundo aumentaram em R\$ 578,94 milhões. O aumento de 46,6% das transferências do FUNDEB no 5º bimestre de 2008, em relação ao mesmo período de 2007 segue o mesmo padrão de perda líquida para o Estado.

Finalmente, os convênios – na sua grande maioria com a União – cresceram 48,4% em relação aos 10 primeiros meses de 2007, e 143,4% em relação ao 5º bimestre do ano passado, mas representaram apenas R\$ 63,63 milhões no período setembro/outubro, e R\$ 179,53 milhões até o final do período janeiro/outubro¹⁴.

O ajuste da tabela do SUS contribuiu para que essas transferências fossem 28,7% maior no período janeiro/outubro de 2008 em relação ao mesmo período de 2007.

O aumento do aporte do Estado para o FUNDEB em 2008 (+R\$579 milhões) foi maior do que o aumento das transferências do FUNDEB para o Estado (+R\$ 404 milhões)

¹⁴ A Emenda Constitucional Nº 53/2006 aumentou as vinculações dos tributos e transferências antes associados ao FUNDEF (ICMS, FPE, IPI-exp e Lei Kandir) e incorporou outras receitas tributárias como fonte de financiamento (IPVA e ITD), com evolução progressiva em três anos, chegando a 2009 com uma vinculação de 20% para todos os tributos.

III.1.4 Demais Receitas Correntes

As Demais Receitas Correntes apresentam um crescimento de 51,9% no bimestre quando comparado com o ano passado e apenas 2,5% para período de janeiro a outubro de 2007 (+R\$ 4.252,42) (Tabela 10). Estes valores estão influenciados por eventos excepcionais que devem ser ajustados. Considerando-se os devidos ajustes, houve aumento de 19,64% nas Demais Receitas Correntes, impulsionado principalmente pelo crescimento da venda de serviços da CEDAE.

O principal ajuste nas Demais Receitas deve-se ao aporte de receita extraordinária de R\$ 750 milhões, realizada em 2007, com a venda da folha de pagamento do Estado ao Itaú, registrada no sub-item Receitas Diversas. Ajustando-se este montante verifica-se um aumento de 102,5% no acumulado do ano nas Receitas Diversas. Um segundo ajuste se deve ao ingresso de R\$ 187 milhões, em razão da transferência de ativos do Previ-Banerj em outubro de 2008. Essa transferência se deu no âmbito da liquidação desse fundo, ora em curso, após o Estado ter assumido a responsabilidade pelo pagamento das aposentadorias e pensões dos antigos funcionários do Banerj, o que já vem fazendo há alguns anos em um volume de aproximadamente R\$ 500 milhões ao ano. Desde 2007 esta responsabilidade passou a ser exclusivamente do Estado, não se confundindo com os compromissos do Rioprevidência.

As receitas da CEDAE, que ainda se mesclam com as receitas orçamentárias do Estado, tiveram incremento de 22,1% no bimestre e 25,6% nos dez meses de 2008, um aumento de R\$ 386,17 milhões em relação a 2007. As Receitas de serviços do Detran com exames e vistorias, correspondem à maior parte da diferença entre os R\$2.565,64 milhões do total de Receitas de Serviços do

Tabela 10
DEMAIS RECEITAS CORRENTES
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-OUT 2007/ JAN-OUT 2008

R\$ milhões

| DISCRIMINAÇÃO | EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT) | | var % | EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT) | | var % |
|-------------------------------------|------------------------------|--------------|--------------|------------------------------|----------------|-------------|
| | 2007 | 2008 | | 2007 | 2008 | |
| DEMAIS RECEITAS CORRENTES | 656,0 | 996,8 | 51,9% | 4.147,9 | 4.252,4 | 2,5% |
| Receita de Contribuições | 99,7 | 138,6 | 39,1% | 628,7 | 646,2 | 2,8% |
| Receita Agropecuária | 0,0 | 0,0 | -44,3% | 0,0 | 0,0 | 11,2% |
| Receita Industrial | 4,5 | 5,8 | 27,1% | 48,2 | 57,6 | 19,6% |
| IMPrensa Oficial | 4,3 | 5,4 | 26,2% | 46,5 | 56,5 | 21,6% |
| Receita de Serviços | 420,9 | 498,4 | 18,4% | 2.099,9 | 2.565,6 | 22,2% |
| CEDAE | 318,9 | 389,3 | 22,1% | 1.508,0 | 1.894,2 | 25,6% |
| Dívida Ativa, Multas e Restituições | 53,0 | 80,7 | 52,2% | 322,6 | 378,2 | 17,2% |
| Receitas Diversas | 77,8 | 273,3 | 251,3% | 1.048,6 | 604,7 | -42,3% |

A maior parte das Receitas de Serviços do Estado reflete a cobrança de vistorias e outras ações do DETRAN e a receita tarifária da CEDAE pela venda de serviços de água e saneamento diretamente ou a outras distribuidoras desses serviços

Estado em 2008 e os R\$ 1.894,21 referentes à receita tarifária da CEDAE¹⁵.

O crescimento da receita da Imprensa Oficial, de 26,2% no bimestre e 21,6% (+R\$10,03 milhões) no acumulado do ano, reflete mudanças na administração dessa empresa. As receitas de Multas, Restituições e Dívida Ativa aumentaram em 52,2% no quinto bimestre e 17,2% até outubro, ambos em relação a 2007. O desempenho da Dívida Ativa reflete o trabalho conjunto do Executivo com o Tribunal de Justiça do Estado. A Procuradoria Geral do Estado vem fortalecendo a capacidade do seu contencioso, podendo responder às demandas do cartório da 11ª Vara Fazendária do Estado até o tope de 2,000 processos semanais, na medida em o serviço mantido pelo Judiciário assim a suprir.

III.2 Receitas de Capital

A receita de capital, que inclui o desembolso de empréstimos, alcançou R\$340,49 milhões até o 5º bimestre de 2008, o que significa um aumento de R\$ 63,12 milhões (+22,8%) em relação ao mesmo período de 2007.

Os desembolsos das operações de crédito totalizaram R\$128,14 milhões no período de janeiro a outubro, 7,3% maiores comparados ao mesmo período de 2007. Sendo R\$68,36 milhões referentes às obras de expansão do metrô, financiadas pelo BNDES, R\$50,29 milhões do Programa Estadual de Transporte – PET (investimento em trens), financiado pelo Banco Mundial, e R\$3,0 milhões do Programa de Modernização das Administrações Estaduais (PMAE), também de recursos vindos do BNDES. Em 2007, as liberações de recursos foram mais concentradas—com quase metade dos desembolsos ocorrendo no 5º bimestre,

Tabela 11

RECEITA DE CAPITAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-OUT 2007/ JAN-OUT 2008

R\$ milhões

| DISCRIMINAÇÃO | EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT) | | var % | EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT) | | var % |
|----------------------------|------------------------------|-------------|---------------|------------------------------|--------------|--------------|
| | 2007 | 2008 | | 2007 | 2008 | |
| RECEITAS DE CAPITAL | 93,9 | 38,2 | -59,3% | 277,4 | 340,5 | 22,8% |
| Operações de Crédito | 48,6 | 12,3 | -74,7% | 119,4 | 128,1 | 7,3% |
| Alienação de Bens | 0,0 | 1,4 | 0,0% | 0,8 | 1,5 | 101,4% |
| Amortiz. de Empréstimos | 43,7 | 22,1 | -49,4% | 70,4 | 87,5 | 24,3% |
| Transf. de Capital | 1,4 | 2,1 | 47,6% | 86,6 | 119,4 | 38,0% |
| Outras Rec. de Capital | 0,1 | 0,3 | 115,8% | 0,2 | 3,9 | 1807,4% |

¹⁵ A receita da CEDAE, que é uma empresa de economia mista, ainda considerada dependente, representa 6% da receita total do Estado, e aproximadamente 9% da Receita Corrente Líquida. A principal contribuição do Estado para a CEDAE nos últimos anos tem sido através de transferências do financiamento de seu investimento com recursos do FECAM. Recentemente, o Estado regularizou suas relações com a empresa, passando a pagar pelos serviços que consome.

o que distorce a base para a comparação bimestral e explica a menor execução relativa do 5º bimestre de 2008.

As receitas com alienação de bens são por sua natureza de caráter pontual, não constituindo um bom indicador na análise das finanças estaduais. Nos primeiros dez meses de 2008, a receita com alienação de bens foi de apenas R\$1,5 milhões, abaixo dos modestos R\$ 0,8 milhões verificados nos primeiros dez meses do ano anterior. A tentativa do Rioprevidência de leiloar alguns imóveis de sua propriedade poderá modificar esse quadro nos próximos meses, criando uma nova fonte de receita para o Estado.

Por fim, a receita com amortização de empréstimos, proveniente do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES¹⁶, foi de R\$ 87,50 milhões (+24,3%) no acumulado do ano. A recuperação dos valores emprestados é em parte destinada ao orçamento do Estado, o restante sendo vinculado ao RioPrevidência, constituindo-se em uma de suas receitas próprias para garantir futuras aposentadorias. No 5º bimestre, a amortização de empréstimos foi R\$22,11 milhões, 49,4% inferior comparado com o mesmo bimestre de 2007.

¹⁶ *Fundes – Fundo especial destinado criar melhores condições para atração de investimentos para o Estado do Rio de Janeiro.*

IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro

A execução da despesa¹⁷, líquida dos fluxos intra-orçamentários, alcançou R\$30,59 bilhões nos primeiros cinco bimestres de 2008. Foram executados 74,8% da despesa prevista para o ano, já considerado o aumento de dotação de R\$ 518 milhões autorizado em outubro, mas cujo gasto se dará no último bimestre do ano. O aumento de dotação explica porque o percentual de despesa liquidada/dotação em 2008 está ligeiramente abaixo daquele medido ao fim do quinto bimestre de 2007, apesar dos gastos serem mais de R\$ 3,5 bilhões maiores em 2008 (Tabela 12).

A melhora no ritmo de execução se torna bastante visível na análise do bimestre, no qual a despesa alcançou R\$6,30 bilhões, sendo 15,1% maior do que no mesmo bimestre em 2007, conforme mostra a Tabela 13, enquanto que a variação da dotação de 2008/2007 foi de 12,7%. Essa melhora vem se dando de maneira segura, em decorrência da implantação de medidas de administração orçamentária e financeira que conferem aos órgãos maior previsibilidade no processo de execução orçamentária.

A despesa geral vem mantendo um crescimento da ordem de 13%, em relação a 2007, sem completa homogeneidade entre os Poderes (Tabela 14). Parte do crescimento do Poder Executivo se explica pelo aumento das transferências a Estados e Municípios e outras despesas vinculadas que variam de acordo com a receita do Estado. Com crescimento acima de 13% estão também o TCE e o MP. Em ambos, boa parte do aumento se concentrou nas despesas de pessoal. No MP, além de pessoal houve aumento de R\$38,24 milhões (+141%) nas despesas de manutenção, reaparelhamento e modernização do órgão.

Tabela 12

| DESPESA LIQUIDADADA* / PREVISTA - ERJ JAN-OUT 2007 / JAN-OUT 2008 | | | |
|--|------------------------|------------------|-----------------------------|
| R\$ MIL | | | |
| ANO | LIQUIDADADO JAN-OUT | DOTAÇÃO ATUAL | % LIQUIDADADO NO PERÍODO |
| 2007 | 26.918.033 | 36.262.200 | 74,2% |
| 2008 | 30.591.942 | 40.880.661 | 74,8% |

* Desconsideradas as despesas intra-orçamentárias.

Tabela 13

| R\$ MIL | | |
|---|--------------|-------|
| DESPESA LIQUIDADADA - ERJ EXECUÇÃO BIMESTRAL | | |
| SET/OUT 2007 | SET/OUT 2008 | % |
| 5.479.736 | 6.305.369 | 15,1% |

Tabela 14

| DESPESA POR PODERES - ERJ JAN-OUT 2007 / JAN-OUT 2008 | | | | | | |
|--|---------------------------------|------------------|--------------|---------------------------------|-------------------|--------------|
| R\$ MIL | | | | | | |
| DISCRIMINAÇÃO | EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT) | | | EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT) | | |
| | 2007 | 2008 | % | 2007 | 2008 | % |
| EXECUTIVO | 4.997.663 | 5.771.694 | 15,5% | 24.558.593 | 28.039.010 | 14,2% |
| ALERJ | 72.049 | 71.568 | -0,7% | 338.694 | 359.995 | 6,3% |
| TCE | 47.649 | 53.080 | 11,4% | 229.884 | 259.910 | 13,1% |
| TJ | 287.970 | 322.551 | 12,0% | 1.443.265 | 1.522.434 | 5,5% |
| MP | 74.406 | 86.477 | 16,2% | 347.596 | 410.593 | 18,1% |
| SUBTOTAL | 5.479.736 | 6.305.369 | 15,1% | 26.918.033 | 30.591.942 | 13,6% |
| DESP. INTRA-ORÇAMENTÁRIA | 166.547 | 216.028 | 29,7% | 969.630 | 1.164.501 | 20,1% |
| TOTAL GERAL | 5.646.283 | 6.521.397 | 15,5% | 27.887.662 | 31.756.443 | 13,9% |

¹⁷ A despesa é analisada pela ótica da liquidação nesta seção.

IV.1 Despesa por Fonte de Recurso

Os recursos do Tesouro Estadual financiaram R\$20,55 bilhões das despesas do ERJ até o 5º bimestre de 2008, um crescimento de 7,2% em relação a 2007 (Tabela 15).

As principais alterações no valor das fontes se devem a regularizações na execução orçamentária, efetuadas a partir de meados de 2007. De particular vulto foi o ajuste decorrente do cumprimento da vinculação de receitas de indenização pela extração do petróleo (royalties e Participações Especiais) diretamente ao RioPrevidência. Com isto, os recursos de Fonte 04 entregues ao Tesouro Estadual contraíram-se em 34,9%, limitando-se essencialmente àqueles necessários ao pagamento à União pelos CFTs adquiridos em 1999 para a capitalização do Rioprevidência. Destarte, a Fonte 04 deixou de custear o pagamento da dívida consolidada do Estado, com correspondente aumento dessas despesas com Fonte 00.

Os Recursos de Outras Fontes (R\$10,03 bilhões) aumentaram em 29,5% no período jan-out de 2008, comparados com o mesmo período de 2007. Este crescimento decorre do aumento de 35,4% das despesas do FUNDEB, assim como de despesas custeadas com recursos de arrecadação própria (FR 10), cujo aumento de 33,3% (R\$2,04 bilhões) reflete o reforço de receitas, inclusive de royalties, destinadas diretamente ao RioPrevidência e o aumento da receita de tarifas da CEDAE.

As despesas financiadas pelo SUS apresentaram aumento de 4,2% (R\$16,10 milhões), relacionado ao ritmo de repasse de recursos para os 69 municípios que não possuem estrutura própria para sua gestão.

IV. 2 Despesa por grupo

A despesa total aumentou em 13,6% (+R\$3,67 bilhões) no período janeiro a outubro de 2008, quando comparada com o mesmo período de 2007 (Tabela 16). Esse crescimento está distribuído quase proporcionalmente entre pessoal, custeio e outras despesas correntes, com cerca de R\$1 bi de aumento em cada grupo.

Tabela 15

| DESPESAS POR FONTE DE RECURSO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-OUT 2007 / JAN-OUT 2008 | | | | | | |
|---|---------------------------------|--------------|--------------|---------------------------------|---------------|--------------|
| R\$ MILHÕES | | | | | | |
| DISCRIMINAÇÃO | EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT) | | | EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT) | | |
| | 2007 | 2008 | % | 2007 | 2008 | % |
| RECURSOS DO TESOURO | 4.150 | 4.138 | -0,3% | 19.169 | 20.554 | 7,2% |
| 00 - ORDINÁRIOS - IMPOSTOS | 3.022 | 3.223 | 6,6% | 13.113 | 15.137 | 15,4% |
| 01 - ORDINÁRIOS - NÃO IMPOSTOS | 513 | 191 | -62,8% | 999 | 1.126 | 12,7% |
| 04 - INDEN. EXTR. PETRÓLEO | 92 | 113 | 22,9% | 3.267 | 2.128 | -34,9% |
| 05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO | 40 | 61 | 53,5% | 157 | 131 | -16,4% |
| 06 - FPE | 91 | 163 | 79,0% | 452 | 637 | 41,0% |
| 11 - OP. DE CRÉD. TESOURO | 40 | 10 | -74,0% | 153 | 87 | -43,5% |
| 22 - FECFP | 335 | 354 | 5,7% | 962 | 1.252 | 30,1% |
| 26 - CID | 16 | 22 | 35,6% | 65 | 56 | -14,7% |
| RECURSOS DE OUTRAS FONTES | 1.330 | 2.167 | 63,0% | 7.749 | 10.038 | 29,5% |
| 10 - ARREC.PRÓP. - ADM INDIRETA | 950 | 1.712 | 80,2% | 6.140 | 8.188 | 33,3% |
| 12 - CONVÊNIO - ADM DIRETA | 52 | 51 | -2,9% | 222 | 144 | -35,1% |
| 13 - CONVÊNIO - ADM INDIRETA | 24 | 27 | 10,0% | 84 | 92 | 9,6% |
| 15 - FUNDEB | 209 | 267 | 28,1% | 832 | 1.126 | 35,4% |
| 25 - SUS | 70 | 88 | 26,8% | 384 | 400 | 4,2% |
| 98 - OUTRAS REC. DA ADM INDIR. | 1 | 1 | -9,1% | 5 | 5 | 0,3% |
| 99 - OUTRAS REC. DA ADM DIRETA | 23 | 20 | -13,6% | 82 | 83 | 1,0% |
| TOTAL GERAL | 5.480 | 6.305 | 15,1% | 26.918 | 30.592 | 13,6% |

Tabela 16

| DESPESAS POR GRUPO* | | | |
|---|-------------------|-------------------|---------------|
| ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-OUT 2007 / JAN-OUT 2008 | | | |
| R\$ MIL | | | |
| DISCRIMINAÇÃO | 2007 | 2008 | VAR % |
| | JAN-OUT | JAN-OUT | |
| 1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 12.068.336 | 13.217.947 | 9,5% |
| 1.1 - EXECUTIVO | 4.949.940 | 5.564.472 | 12,4% |
| 1.2 - ALERJ | 285.379 | 307.666 | 7,8% |
| 1.3 - TCE | 210.179 | 236.485 | 12,5% |
| 1.4 - TJ | 1.129.229 | 1.160.662 | 2,8% |
| 1.5 - MP | 286.103 | 323.576 | 13,1% |
| 1.6 - INATIVOS E PENSIONISTAS | 4.786.968 | 5.173.699 | 8,1% |
| 1.7 - PREVI-BANERJ | 410.028 | 437.811 | 6,8% |
| 1.8 - REFER | 10.512 | 13.575 | 29,1% |
| 2 - JUROS ENCARGOS E AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA | 2.676.097 | 2.814.395 | 5,2% |
| 3 - DESPESAS DE CUSTEIO | 3.946.942 | 5.172.543 | 31,1% |
| 3.1.1 - EXECUTIVO | 3.569.038 | 4.738.461 | 32,8% |
| 3.1.2 - ALERJ | 50.810 | 50.101 | -1,4% |
| 3.1.3 - TCE | 19.018 | 20.645 | 8,6% |
| 3.1.4 - TJ | 266.743 | 294.328 | 10,3% |
| 3.1.5 - MP | 41.333 | 69.008 | 67,0% |
| 3.1 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 7.456.469 | 8.613.692 | 15,5% |
| 3.2.1 - ENCARGOS COM A UNIÃO / INDENIZAÇÃO DE ROYALTIES (EGE) | 1.756.173 | 1.704.190 | -3,0% |
| 3.2.2 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB | 1.709.716 | 2.288.652 | 33,9% |
| 3.2.3 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS | 3.990.580 | 4.620.851 | 15,8% |
| 4 - INVESTIMENTOS | 759.740 | 661.929 | -12,9% |
| 4.1 - EXECUTIVO | 691.355 | 571.469 | -17,3% |
| 4.2 - ALERJ | 2.506 | 2.228 | -11,1% |
| 4.3 - TCE | 687 | 2.780 | 304,7% |
| 4.4 - TJ | 47.293 | 67.443 | 42,6% |
| 4.5 - MP | 17.900 | 18.009 | 0,6% |
| 5 - INVERSÕES FINANCEIRAS | 10.448 | 111.435 | 966,6% |
| TOTAL GERAL | 26.918.033 | 30.591.942 | 13,6% |

*Exclui despesas intra-orçamentárias

** Exclui despesas com inativos e pensionistas, previ-banerj e REFER consideradas no grupo de despesas correntes

No grupo de pessoal, o aumento de 9,5% (R\$1,14 bilhão) concentra-se nas áreas de educação, segurança, e saúde. No caso das duas primeiras, por conta do aumento de remuneração de 4% no ano passado e de 8% concedido neste ano. No caso da saúde, principalmente devido à contratação de novos servidores, mediante concurso realizado em abril, para atender as UPAs 24 horas e o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU. Do total de 5.009 aprovados dentre médicos, enfermeiros, dentistas, farmacêuticos, psicólogos e técnicos de radiologia, já foram nomeados 3.371. A efetivação de todos os concursados permitirá operar as UPAs e o SAMU com segurança, além de resolver o problema da precariedade e opacidade da operação do atual arranjo de “cooperativas”, que atendem a diversas partes da rede de saúde estadual.

Por outro lado, o Estado já começa a economizar com a redução do quadro de empregados da Emater-Rio, Pesagro, Central e RioTrilhos. O Programa de Incentivo à Demissão Voluntária, já aderido por significativo número de servidores dessas empresas decorre da disposição do Estado de pagar as devidas indenizações trabalhistas, permitindo que muitos dos funcionários, já aposentados há muitos anos, se desliguem das respectivas empresas. No caso da Central e RioTrilhos, regulariza-se assim uma pendência que se arrastava desde a concessão dos serviços de transportes sobre trilhos para o setor privado, a qual reduziu as atribuições dessas empresas e a demanda sobre seus funcionários. A par com o pagamento das indenizações trabalhistas, o Estado prepara, em consulta com o Ministério da Previdência Social, a capitalização do fundo de previdência desses funcionários, visando garantir-lhe o equilíbrio atuarial e redução dos seus custos de administração.

Nas despesas de custeio, o aumento de 31,1% (+R\$1,22 bilhão) observado nos primeiros cinco bimestres de 2008 em relação ao período equivalente de 2007 está assim distribuído:

- Na área de Obras: aumento de R\$248,73 milhões, destinados basicamente ao pagamento de despesas obrigatórias (IRPJ,

A Saúde nomeou em agosto 3.371 dos 5.009 concursados. A efetivação de todos os concursados permitirá operar UPAs e SAMU com menor dependência das “cooperativas”

Os gastos com pessoal na Central, no período jan-out/2008, foram reduzidos em R\$3,29 milhões por conta do Programa de Demissão Voluntária.

A par com o pagamento das indenizações trabalhistas, o Estado prepara a capitalização do plano de previdência dos ferroviários

COFINS, CSLL, Impostos, taxas, juros e multas) da CEDAE (+R\$97,71 milhões), à operação de sistemas de águas e esgotos (+R\$26,92 milhões) e; no DER, à conservação e operação de rodovias (+R\$72 milhões).

A despesa de conservação e operação de rodovias a cargo do DER aumentou em R\$ 72 milhões em 2008

- Na área de Segurança: aumento de R\$51,07 milhões concentrados na própria Secretaria e na PMERJ. Na SESEG, o aumento (+R\$28,44 milhões) é decorrente das despesas com manutenção da frota operacional, cujo custo mensal dos 1.435 veículos é de R\$3,39 milhões. Na PMERJ, o aumento de R\$13,09 milhões, é proveniente das despesas com combustíveis da frota, que são custeadas, em sua maior parte, com recursos do Convênio DETRAN.

- Na área de Saúde: aumento de R\$212,70 milhões, com destaque ao aumento de R\$ 118,99 na ação de serviços de assistência hospitalar e ambulatorial. A maior parte do crescimento nesta ação está destinada ao pagamento de cooperativas (R\$149 milhões), inserida no item "Serviços de Assistência a Saúde" que passou de R\$98,9 milhões no período jan-out 2007 para R\$185,4 milhões em 2008. A despesa com as cooperativas se estende ao recolhimento de contribuições previdenciárias junto ao INSS, cujos valores de 2007 estão sendo renegociados. A Tabela 17 mostra a despesa com mais detalhes. O restante do aumento está pulverizado em diversas ações de saúde.

A despesa com "cooperativas" na saúde passou de R\$ 98,9 milhões no período janeiro-outubro de 2007 para R\$ 185,4 milhões no mesmo período de 2008

Tabela 17

Em R\$

| PROJETO | TIT SUBELEMEN TO | JAN-OUT 2007 | JAN-OUT 2008 | VARIAÇÃO |
|---|---|--------------------|--------------------|--------------------|
| Assistência Hospitalar e Ambulatorial | Contribuição Previdenciária - INSS | | 22.162.546 | 22.162.546 |
| | Locação de Bens Móveis | 1.363.155 | 6.818.051 | 5.454.896 |
| | Mat Consumo adquir p/ SES por ordem judicial | 17.942 | 1.474.943 | 1.457.000 |
| | Mat Cirúrg, de Laboratório e de Enfermagem | 20.314.674 | 30.731.117 | 10.416.442 |
| | Serviços Apoio Administr, Técnico e Operacion | 1.576.376 | 27.995.740 | 26.419.363 |
| | Serviços de Assistência a Saúde | 98.994.695 | 185.477.686 | 86.482.992 |
| | Serviços de Lavagem de Roupas Hospitalar | 4.011.993 | 6.339.479 | 2.327.486 |
| | Serviços de Manutenção de Ar Condicionado | 1.757.536 | 10.576.752 | 8.819.216 |
| | Serviços Esterelização Material Hospitalar | - | 1.524.429 | 1.524.429 |
| | Outras Despesas de Custeio | 195.366.651 | 149.294.640 | (46.072.011) |
| Total | | 323.403.022 | 442.395.383 | 118.992.360 |

- Faperj: aumento de R\$83,87 milhões basicamente destinados ao auxílio financeiro a pesquisadores.

- RioPrevidência: o aumento de R\$474,25 milhões (Anexo 5) se refere ao pagamento de sentenças judiciais (+R\$289

milhões), regularização de dívidas com precatórios judiciais do RioPrevidência e outras ações no Programa de Saneamento dos Passivos Previdenciários da autarquia, além da recomposição da Conta “B” (+R\$171,73 milhões) na esteira do saque realizado sobre essa conta em 2006.

As Outras Despesas Correntes cresceram 15,5% (+R\$1,15 bilhão). Essas despesas foram impulsionadas pelo aumento da contribuição do Estado ao FUNDEB e aos municípios. A indenização à União resultante da compra dos CFTs em 1999 continua a apresentar algum declínio.

Os investimentos apresentaram uma contração de R\$97,81 milhões, em decorrência da contabilização do programa Nova Escola nas despesas de pessoal, o que representou a subtração de aproximadamente R\$100 milhões no investimento contabilizado pelo Estado. Ajustados para essa mudança, os investimentos em geral aumentaram 2% (+R\$12,79 milhões). Neste quinto bimestre observa-se uma aceleração na execução destas despesas.

Dentre os principais investimentos ocorridos no período, destacam-se as obras da Linha 1 do Metrô-Estação Ipanema (R\$146,88 milhões), obras de saneamento das bacias do entorno da Baía de Guanabara (R\$35,29 milhões) e esgotamento sanitário da Barra, Recreio e Jacarepaguá (R\$51,41 milhões). Com relação às obras do PAC, até o período já foram liquidados R\$42,6 milhões. A sua execução vem se acelerando depois de vencidas uma série de restrições.

IV. 3 Despesa por área de governo

Nesta edição do Boletim de Transparência Fiscal a análise da despesa por áreas se concentrará naquelas envolvidas com os índices constitucionais, a saber, Educação, Saúde e Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM.

O RioPrevidência destinou R\$ 289 milhões ao Pagamento de Sentenças Judiciais e outras ações de saneamento de passivos, inclusive pagamento de precatórios alimentares

Os investimentos na Linha 1 do metrô aumentaram em R\$ 146,9 milhões, enquanto aqueles do PDBG aumentaram em R\$ 35,3 milhões

IV. 3.1 Saúde

O EC n.º 29 fixou como gasto mínimo em ações e serviços públicos em saúde¹⁸, nos Estados, 12% dos recursos líquidos que tratam os artigos 155, 157 e 159 da CF/88. A base de cálculo para a aplicação em Saúde¹⁹, no período analisado, apresentou crescimento de 11,7% em relação a 2007, indicando que a aplicação em saúde no período deveria atingir R\$1,57 bilhão (Tabela 18).

Recente aumento da arrecadação beneficiou a Saúde com R\$183,8 milhões, dos quais R\$ 167,3 milhões para o Fundo Estadual de Saúde. Destes, cerca de 50% foram para reforçar dotações de pessoal em apoio aos novos concursados na área, tendo o resto atendido o Instituto Vital Brasil – IVB (R\$16,1 milhões) e a própria Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil – SESDEC (R\$318,2 mil).

A despesa com a Saúde em 2008 deverá, no entanto, exceder bastante o mínimo constitucional. De fato, a destinação de recursos adicionais do Tesouro do Estado deverá permitir que a despesa empenhada e liquidada na função Saúde se aproxime de R\$ 2 bilhões, ou seja aproximadamente R\$ 300 milhões (20%) acima do mínimo constitucional.

A despesa liquidada até outubro foi de R\$1,49 bi (72,7% da dotação). Comparando com o mesmo período de 2007, o incremento foi de 25,3% (R\$ 301,9 milhões), evidenciando o empenho do Governo na melhoria da prestação dos serviços de saúde, com a implantação de 20 UPAs, disponibilização de mão-de-obra capacitada, aquisição de medicamentos e ações no combate à dengue, entre outras. No acumulado do ano, o índice de aplicação de recursos em saúde já alcançou 11,4% da receita anual, contra 10,1% realizados em 2007.

Tabela 18

APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM SAÚDE

Em R\$milhões

| DISCRIMINAÇÃO | EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT) | | | EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT) | | |
|---|------------------------------|----------|--------|------------------------------|-----------|--------|
| | 2007 | 2008 | Δ % | 2007 | 2008 | Δ % |
| Base de Cálculo (receita) | 2.455,60 | 2.795,02 | 13,8% | 11.746,43 | 13.114,92 | 11,7% |
| Mínimo a ser aplicado em Saúde - 12% | 294,67 | 335,40 | 13,8% | 1.409,57 | 1.573,79 | 11,7% |
| Total da Despesa | 347,04 | 403,58 | 16,29% | 1.191,93 | 1.493,82 | 25,33% |
| Índice Constitucional - recursos aplic. | 14,13% | 14,44% | | 10,15% | 11,39% | |

A despesa com a Saúde em 2008 deverá exceder em aproximadamente 20% o mínimo constitucional, apesar deste mínimo também ter crescido como proporção das receitas do Estado

A despesa de Saúde liquidada até outubro cresceu 25,3% em relação ao mesmo período de 2007

O custeio, incluindo medicamentos e serviços nos hospitais, aumentou 33%

¹⁸ As despesas que compõem o índice da Saúde estão a cargo das seguintes unidades orçamentárias: Fundo Estadual de Saúde (FES), Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil (SESDEC), Instituto Vital Brasil (IVB), e o Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE/UERJ).

¹⁹ A base de cálculo inclui impostos, transferências, além de multas e recursos obtidos pela execução da dívida ativa do Estado.

Como já mencionado em boletins anteriores, a execução se mostra mais acelerada no final do exercício, com a liquidação de uma proporção maior das despesas já realizadas ao longo do ano. A execução do 5º bimestre reforça isto, já que o índice de execução no bimestre foi de 14,4% (Tabela 18).

A análise por grupo de despesa demonstra que em 2008, com exceção da amortização da dívida que apresentou queda de 4,8%, todos os demais grupos na área da Saúde apresentaram aumento significativo em relação a 2007. (Tabela 19).

O grupo de pessoal e encargos sociais apresenta um aumento de 12%, passando de R\$499 milhões em 2007 para R\$558 milhões em 2008. A análise do bimestre demonstra um incremento de 9% (+ R\$9,9 milhões).

O concurso CBMERJ abriu 5.009 vagas para a área da saúde. As nomeações iniciaram-se no final de agosto e o preenchimento total das vagas se dará gradativamente em substituição dos cooperativados que prestam serviço ao Estado. Prioritariamente esses profissionais serão alocados nas Unidades de Pronto Atendimento – UPAs e no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU (conforme Decreto nº. 41.502, de 03/10/2008. Publicado no D.O. 06/10/2008).

O Programa Rio Contra a Dengue capacitará 2.500 bombeiros para atuação no combate a dengue.

Os gastos em custeio passaram de R\$583 milhões em 2007 para R\$776 milhões em 2008, um incremento de 33,2% (+ R\$ 193,3 milhões). Dentre as despesas que tiveram aumento significativo estão: serviços de assistência a saúde²⁰ (+ R\$ 73,4 milhões); aquisição de material cirúrgico, de laboratório e de enfermagem (+ R\$ 15,6 milhões); serviços de apoio administrativo, técnico e operacional (+ R\$ 42,9 milhões); aquisição de material químico (+ R\$ 16,7 milhões) e aquisição de medicamentos excepcionais (+ R\$ 32,8 milhões). O Estado

Tabela 19

| APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM SAÚDE | | | | | | |
|--|------------------------------|------------|------------|------------------------------|--------------|------------|
| Em R\$ milhões | | | | | | |
| DISCRIMINAÇÃO | EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT) | | | EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT) | | |
| | 2007 | 2008 | % | 2007 | 2008 | % |
| PESSOAL | 112 | 122 | 9% | 499 | 558 | 12% |
| CUSTEIO | 185 | 230 | 24% | 583 | 776 | 33% |
| INVESTIMENTO | 13 | 13 | 0% | 16 | 69 | 340% |
| AMORT. DA DÍVIDA | 37 | 39 | 4% | 95 | 91 | -4% |
| TOTAL DA DESPESA | 347 | 404 | 16% | 1.192 | 1.494 | 25% |
| ÍNDICE - RECURSOS APLICADOS | 14% | 14% | | 10,1% | 11,4% | |

Foram capacitados 1.000 profissionais do CBMERJ para o combate à dengue.

O custeio da Saúde aumentou 33,2%, com destaque para aquisição de material cirúrgico, de laboratório, químico e a distribuição de medicamentos excepcionais

²⁰ Apesar da expectativa e do esforço do ERJ para a extinção/substituição das cooperativas e de outros mecanismos de terceirização de serviços médicos, esses ainda continuam respondendo por parte muito significativa da despesa em saúde.

tem aumentado o atendimento de pacientes com necessidade de medicamentos da “lista cinzenta” (i.e., aquela cuja obrigação de pagamento pelo Estado não está bem definida) passando de pouco mais de 4 mil pacientes em 2006 para quase 20 mil em 2008. Para esse programa, o Tesouro Estadual aplica R\$13 milhões por mês e, o SUS R\$6 milhões. A regularização desses serviços, que muitas vezes envolvem a aquisição de medicamentos estrangeiros ou com grande proporção de ingredientes importados, alterou uma situação de grande instabilidade vigente até 2007, diminuindo o número de decisões judiciais contra o Estado.

O atendimento a pacientes que necessitam de medicamentos excepcionais aumentou de 4 mil em 2006 para 20 mil em 2008, por conta da aplicação mensal de R\$13 milhões de recursos do Tesouro Estadual.

As despesas com investimento tiveram um crescimento significativo, passando de R\$ 16 milhões em 2007 para R\$ 69 milhões no exercício atual (+ 340%). Além dos recursos transferidos para a conclusão de hospitais municipais, significativa parte do investimento destinou-se à compra de novos equipamentos cirúrgicos e modernização dos hospitais existentes (Gráfico 5).

Gráfico 5

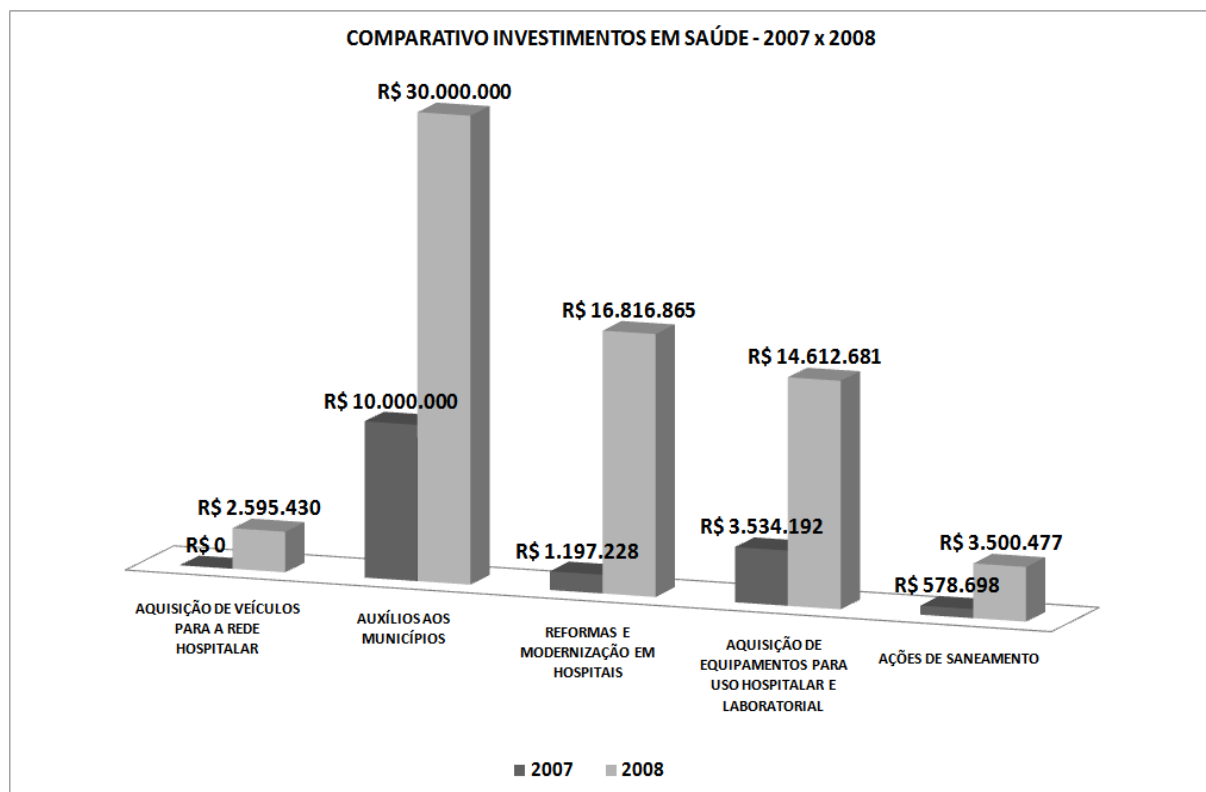


Tabela 20 – Investimentos Saúde / Fontes Tesouro

| | | Em R\$ | | |
|--------------------------------------|---|-------------------|-------------------|-------------------|
| HISTÓRICO | | JAN-OUT 2008 | | |
| | | EMPENHADO | LIQUIDADO | PAGO |
| AUXÍLIOS | HOSPITAL MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS - CONSTRUÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE | 30.000.000 | 30.000.000 | 30.000.000 |
| AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS | REDE HOSPITALAR - MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS E VEÍCULOS | 21.088.305 | 18.280.224 | 16.502.050 |
| | UPAs - AQUISIÇÃO DE MÓDULOS PARA SUA IMPLANTAÇÃO | 20.982.500 | - | - |
| OBRAS E EQUIPAMENTOS | H.E. ALBERT SCHWEITZER, H.E. ROCHA FARIA, H.E. GV E H.E. PEDRO II, INSTITUTO ESTADUAL DE DOENÇAS DO TORAX ARY PARREIRAS, HEMORIO E IASERJ - PEQUENAS REFORMAS | 1.296.902 | 370.923 | 134.313 |
| | H.E. ALBERT SCHWEITZER - REFORMA GERAL | 2.165.735 | 1.666.384 | 1.569.384 |
| | HOSPITAL GERAL DE SÃO JOÃO DE MERITI - CONSTRUÇÃO | 12.655.207 | 9.622.533 | 8.693.993 |
| | H.E. AZEVEDO LIMA - REFORMA GERAL DO 5º E 6º PAVIMENTO | 744.711 | 604.151 | 604.151 |
| | H. E. ROCHA FARIA - REFORMA DA MATERNIDADE E AMBULATÓRIO | 2.150.982 | 2.067.257 | 2.067.257 |
| | H. E. ADÃO PEREIRA EM DUQUE DE CAXIAS - CONSTRUÇÃO DE TALUDES | 1.150.368 | 1.150.368 | 1.150.368 |
| | UPAs EM BANGU, CAMPO GRANDE E BELFORD ROXO | 661.366 | 655.801 | 655.801 |
| | H.E. ADAO PEREIRA NUNES - REFORMA DO CENTRO DE IMAGEM | 1.004.500 | 809.248 | 533.161 |
| | DIVERSAS UNIDADES HOSPITALARES EM MUNICÍPIOS - ELABORAÇÃO DE PROJETOS | 1.472.785 | 270.671 | 154.137 |
| | OBRAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A CARGO DA CEDAE | 3.937.802 | 3.500.477 | 291.211 |
| TOTAL GERAL | | 99.311.163 | 68.998.036 | 62.355.827 |

BOX 2: USO DOS RECURSOS DO SUS

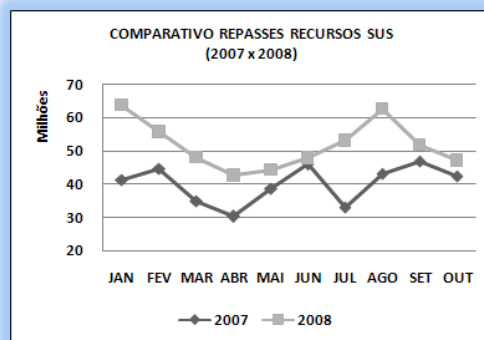
Os recursos repassados pelo SUS para o Fundo Estadual de Saúde—FES em 2008 aumentaram em 28,71% se comparados com o mesmo período de 2007, atingindo R\$ 516,2 milhões, contra R\$401 milhões em 2007. A maior parte desta receita não se destina ao orçamento do Estado, sendo destinada aos municípios e apenas transitando no FES porque este administra os repasses em favor dos 69 municípios que não se qualificam para a chamada gestão plena dos recursos do SUS.

O aumento das transferências do SUS em 2008 se explica principalmente por ajustes nas tabelas de procedimentos ambulatoriais e hospitalares adotada em 2007 e pela expansão da oferta de serviços, especialmente no combate à dengue. O repasse de recursos não ocorre de forma regular ao longo do ano, pois ele depende em parte dos procedimentos ambulatoriais e hospitalares faturados a cada mês.

A despesa financiada pelo SUS executada até o final do 5º bimestre de 2008 ficou abaixo do valor dos repasses, alcançando R\$ 378,19 milhões. Este desembolso representou um crescimento de aproximadamente 3% contra os R\$ 360,46 milhões desembolsados no mesmo período de 2007. A defasagem entre receita e despesa reflete o ritmo de aprovação de determinados gastos pelo Comitê de Intergestores Bipartite – CIB.

As transferências do SUS apropriadas pelo Estado (R\$ 109 milhões em jan-out 2008) correspondem a 7,8% dos gastos de saúde do Estado no período. Mais de 70% das transferências do SUS é destinada aos municípios, notadamente através das chamadas Ações e Serviços Vinculados ao SUS, que correspondem a mais de 2/3 das despesas do SUS através do FES. Dentre as ações do Estado, se destacam o financiamento do Hospital Universitário Pedro Ernesto (4,6% das transferências) e as Ações de Gestão Farmacêutica—em particular a contrapartida ao programa de medicamentos de alta complexidade.

Além dos recursos repassados ao FES, o Sistema Único de Saúde repassa recursos diretamente para a UERJ (R\$18,8



| TITULO | FR | EM R\$ MIL | | | |
|--------|--------------------|------------------|------------------|----------------|----------------|
| | | JAN-OUT 2007 | JAN-OUT 2008 | % PARTIC. 2007 | % PARTIC. 2008 |
| FES | TESOURO | 1.115.264 | 1.407.687 | 75,5% | 78,6% |
| | TOTAL SUS | 360.463 | 378.191 | 24,4% | 21,1% |
| | SUS - ESTADO | 85.484 | 109.166 | 23,7% | 28,9% |
| | SUS - MUNICÍPIOS | 274.978 | 269.024 | 76,3% | 71,1% |
| | CONVÊNIOS | 1.919 | 4.113 | 0,1% | 0,2% |
| | TOTAL GERAL | 1.477.646 | 1.789.991 | 100,0% | 100,0% |



milhões) para cobrir parte das despesas do Hospital Pedro Ernesto, para o Hospital Penitenciário (R\$3,5 milhões) e para o FUNESBOM (R\$1,2 milhões). O valor repassado totaliza R\$539,20 milhões. Considerando-se todas suas dimensões, a despesa total do exercício a ser financiada com recursos do SUS em 2008 deverá chegar a R\$ 614 milhões, os quais representam uma suplementação de R\$113,19 milhões em relação à dotação inicial do ano. A estimativa de excesso foi fundamentada em portarias do Ministério da Saúde, assumindo compromissos de repasses parcelados referentes ao Hospital de Duque de Caxias, apoio às UPAs e ao combate à dengue.

IV. 3.2 Educação

O Art. 212 da Constituição Federal estabelece como gasto mínimo para a manutenção e desenvolvimento do ensino²¹, 25% das receitas de impostos e transferências do Estado. Estes gastos não incluem o pagamento de aposentadorias para professores e outros servidores que tenham sido associados à função.

As receitas que compõem a base de cálculo do índice da educação, no **período de janeiro a outubro**, atingiram o montante de R\$15,4 milhões, um aumento de 14,5% em relação ao mesmo período do exercício anterior (Tabela 21). A despesa aplicada foi de R\$3,58 bilhões, correspondendo à aplicação de 23,25% da base de cálculo. Este pequeno descompasso se explica pelo recente aumento da base de cálculo, consequência do bom desempenho da receita.

Como consequência do excesso de arrecadação, foram incorporados no final do mês de outubro R\$87,2 milhões à dotação da Educação, dos quais R\$78,3 milhões foram destinados à formação do FUNDEB: R\$16,5 milhões para a

Tabela 21

| APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM EDUCAÇÃO | | | | | | |
|---|------------------------------|----------|-------|------------------------------|-----------|-------|
| Em R\$milhões | | | | | | |
| DISCRIMINAÇÃO | EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT) | | | EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT) | | |
| | 2007 | 2008 | Δ % | 2007 | 2008 | Δ % |
| Base de Cálculo (receita) | 2.839,15 | 3.286,75 | 15,8% | 13.455,60 | 15.405,25 | 14,5% |
| Mínimo a ser aplicado em Educação - 25% | 709,79 | 821,69 | 15,8% | 3.363,90 | 3.851,31 | 14,5% |
| Despesa Aplicada no Período | 689,50 | 750,98 | 8,9% | 3.078,37 | 3.581,59 | 16,3% |
| Índice Constitucional - recursos aplic. | 24,29% | 22,85% | | 22,88% | 23,25% | |

²¹ Além da Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC, outros órgãos estaduais compõem as despesas que são consideradas como Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE. São esses: Secretaria de Ciência e Tecnologia – SECT, Fundação de Amparo a Pesquisa – FAPERJ, Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, Fundação de Apoio à Escola Técnica – FAETEC, Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância – CECIERJ, e Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas – DEGASE.

Perda Líquida²² e R\$61,8 milhões a serem gastos pela SEEDUC. A UERJ também foi contemplada com R\$9 milhões.

Em função do aumento de receita, no bimestre, a despesa mínima com Educação passa de R\$709,79 milhões em 2007 para R\$821,69 milhões, em 2008, representando um aumento de 15,8%. No acumulado jan-out de 2008, a Função Educação dispôs de R\$3,8 bilhões (Tabela 21). Para todo o exercício a despesa está estimada em R\$4,66 bilhões, representando um aumento de 6,8% em relação à previsão inicial de R\$4,33 bilhões. O saldo a utilizar nos últimos dois meses do ano é cerca de R\$1,08 bilhão.

A análise por grupo de despesa demonstra que pessoal teve um crescimento total de 17%²³ (+ R\$278,5 milhões), o que reflete a reclassificação da despesa com o Nova Escola para a rubrica de pessoal e os aumentos de remuneração concedidos em 2007 e 2008 para o pessoal de ensino (Tabela 22). O aumento de 8% concedido em 2008 se reflete particularmente no crescimento de 22% da despesa de pessoal do 5º bimestre relativo ao mesmo período de 2007.

No âmbito do custeio, as despesas cresceram 26%. Observa-se que as ações executadas pelos órgãos que compõem a Função Educação, cresceram 40,5%, correspondendo a um aumento de mais de R\$ 150 milhões, (Tabela 22A) e a parcela transferida para a formação do FUNDEB²⁴ que financia ações de outros municípios tiveram um aumento de 20%.

Dos 40,5% de aumento destacam-se os seguintes gastos:

Na SEEDUC, o aumento de R\$74,69 milhões está concentrado em ações relativas à manutenção das unidades escolares. Desses, R\$30,5 milhões foram descentralizados

²² A Contribuição do Estado para o FUNDEB é maior do que o valor recebido desse Fundo. A diferença constitui a Perda Líquida que contribui para o financiamento da educação municipal de acordo com a repartição do FUNDEB que considera o número de matrículas por município.

²³ Como já explicado no boletim anterior, parte desse crescimento se deve pela reclassificação da despesa com o Programa Nova Escola como despesa de pessoal – o que por outro lado levou a uma redução aparente do investimento no setor.

²⁴ Os recursos transferidos ao FUNDEB cumprem obrigação constitucional relacionada com a receita realizada.

Tabela 22

APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM EDUCAÇÃO
Em R\$ milhões

| DISCRIMINAÇÃO | EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET-OUT) | | | EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-OUT) | | |
|------------------------------------|------------------------------|------------|--------------|------------------------------|--------------|------------|
| | 2007 | 2008 | % | 2007 | 2008 | % |
| PESSOAL | 338 | 412 | 22% | 1.659 | 1.937 | 17% |
| CUSTEIO | 320 | 330 | 3% | 1.258 | 1.585 | 26% |
| INVESTIMENTO | 32 | 6 | -80% | 162 | 50 | -69% |
| INVERSÕES | - | 2 | - | - | 9 | - |
| TOTAL DA DESPESA | 689 | 751 | 9% | 3.078 | 3.582 | 16% |
| ÍNDICE - RECURSOS APLICADOS | 24% | 23% | -5,9% | 23% | 23% | 2% |

Tabela 22 A

DESPESAS DE CUSTEIO POR UO
EM R\$ MIL

| TIT UO | JAN-OUT 2007 | JAN-OUT 2008 | Δ % |
|--|------------------|------------------|--------------|
| SEEDUC | 174.855 | 249.550 | 42,7% |
| CIÊNCIA E TECNOLOGIA | 4 | 1.200 | 29900,0% |
| FAPERJ | 100.323 | 135.020 | 34,6% |
| UERJ | 47.229 | 66.988 | 41,8% |
| FAETEC | 33.498 | 49.836 | 48,8% |
| UENF | 8.819 | 10.191 | 15,6% |
| CECIERJ | 6.119 | 8.379 | 36,9% |
| TOTAL CUSTEIO | 370.848 | 521.165 | 40,5% |
| Transferências ao FUNDEB - Perda Líquida | 886.903 | 1.064.066 | 20,0% |
| TOTAL GERAL | 1.257.751 | 1.585.231 | 26,0% |

para as escolas, segundo o mecanismo de autonomia financeira dos respectivos dirigentes; R\$14,67 milhões para preservar e manter o patrimônio público e R\$6,94 milhões para preparo de merenda escolar.

Na FAPERJ, em continuidade ao programa de incentivo à pesquisa, foram gastos mais R\$34,69 milhões na concessão de bolsas a estudantes e pesquisadores. Na UERJ, o aumento de R\$19,75 milhões se concentrou na manutenção e obras de reparo e adaptação dessa unidade.

Na democratização do acesso ao ensino superior gratuito, usando a metodologia à distância, a CECIERJ destinou, no período analisado, mais R\$2,26 milhões de sua despesa.

Os investimentos, cuja redução de 69,1% é devida apenas à reclassificação da despesa do programa Nova Escola, apresentaram bom desempenho em várias áreas. Além da continuidade do Programa Conexão Professor, foram investidos R\$33,5 milhões na recuperação de unidades escolares da SEEDUC, UERJ, FAETEC e UENF.

Neste exercício de 2008, embora o gasto com inversões financeiras, não seja tão expressivo, já demonstra a preocupação do Governo na ampliação da oferta de vagas da rede escolar, o que vem se materializando através da aquisição de prédios e desapropriações de imóveis, que requereram no período jan-out R\$9,2 milhões. Os primeiros municípios beneficiados são Itaperuna, Varre-Sai, Macuco, Valença; no município do Rio de Janeiro, o programa atinge os bairros de Senador Camará e Jacarepaguá - Praça Seca.

A tabela abaixo apresenta os principais investimentos e inversões ocorridos no período.

O custeio da Educação aumentou 40% em relação a 2007 – com aumento de R\$ 74,7 milhões nas ações relativas à manutenção das escolas

A despesa liquidada em investimentos na educação supera R\$ 48 milhões— sendo a metade em reforma de escolas e R\$ 9 milhões para a aquisição de novas escolas.

Tabela 23

Em R\$

| PRINCIPAIS INVESTIMENTOS REALIZADOS EM EDUCAÇÃO (JAN-OUT 2008) | EMPENHADO | LIQUIDADADO | PAGO |
|--|-------------------|-------------------|-------------------|
| REFORMAS, REPAROS E CONSTRUÇÕES EM DIVERSAS UNIDADES ESCOLARES NOS MUNICÍPIOS: RJ, CABO FRIO, NITERÓI, VOLTA REDONDA, ITAPERUNA, MACACU, VALENÇA, ITAOCARA, NOVA FRIBURGO, MACUCO, SAQUAREMA, PETRÓPOLIS, NOVA IGUAÇÚ, AREAL, MARICÁ, RESENDE, MAGÉ, CAMPOS DOS GOYTACAZES, SÃO FIDÉLIS, VASSOURAS | 38.774.639 | 24.376.178 | 22.056.124 |
| DESAPROPRIACAO E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS: PRAÇA SECA, CASCADURA, SENADOR CAMARÁ, MACUCO, ITAPERUNA, VALENÇA, VARRE-SAI | 9.166.846 | 9.166.846 | 9.166.846 |
| AQUISICAO DE NOTEBOOKS - PROGRAMA CONEXÃO PROFESSOR | 14.748.635 | 14.748.635 | 14.748.635 |
| EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO PARA UNIDADES ESCOLARES | 3.535.835 | 167.640 | 140.300 |
| TOTAL GERAL | 66.225.955 | 48.459.299 | 46.111.905 |

IV. 3.3 FECAM

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental²⁵ - FECAM, instituído pela Lei Nº 1060 de 10 de novembro de 1986, tem como o objetivo atender às necessidades financeiras de projetos e programas ambientais.

Os recursos do FECAM são oriundos de 5% das participações governamentais sobre a produção de petróleo e gás natural, atribuídos ao Estado do Rio de Janeiro, bem como do resultado de multas administrativas aplicadas e condenações judiciais por irregularidade constatadas pelos órgãos fiscalizadores do meio ambiente.

A receita realizada do Fundo alcançou R\$232,77 milhões nos primeiros cinco bimestres de 2008 (Tabela 24), contra R\$156,44 milhões no mesmo período em 2007 (+48,8%). Este aumento se deveu principalmente pelo extraordinário dinamismo das receitas de petróleo. Ele também evidencia a volatilidade das fontes de receita do FECAM e das dificuldades que esta volatilidade cria para o cumprimento do índice constitucional. Esta dificuldade é tanto maior porque, ao contrário dos índices da Educação ou Saúde, este vincula essencialmente a despesa com projetos. É muito difícil conseguir variar ao longo do ano e de maneira imprevisível a despesa com projetos que exigem cuidadosa seleção e cuja execução é tipicamente complexa. Parte da complexidade dessa execução está associada aos impactos ambientais e legais dos projetos que são financiados pelo FECAM, como intervenções no saneamento, dragagem de baías e cursos fluviais, etc.

Tabela 24

| BASE DE CÁLCULO PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA FECAM | | | |
|--|-------------|----------|--------|
| | R\$ milhões | | |
| Receitas Líquidas | 2007 | 2008 | % |
| | Jan-Out | Jan-Out | |
| Base de Cálculo (receita) | 3.128,87 | 4.655,44 | 48,79% |
| Mínimo a ser aplicado em FECAM 5% | 156,44 | 232,77 | 48,79% |
| Total da Despesa | 100,71 | 104,43 | 3,69% |
| Índice Constitucional - recursos aplic. | 3,22% | 2,24% | |

A base de cálculo da aplicação de recursos do FECAM apresentou grande volatilidade na esteira da variação do preço internacional do petróleo, criando desafios para o cumprimento do índice constitucional, à vista da complexidade dos projetos aprovados pelo Fundo

²⁵ O Fundo financia projetos ambientais e para o desenvolvimento urbano em todo o Estado do Rio de Janeiro, englobando diversas áreas, tais como reflorestamento, recuperação de áreas degradadas, canalização de cursos d'água, educação ambiental, implantação de novas tecnologias menos poluentes, despoluição de praias e saneamento.

Como consequência do forte aumento do volume de recursos a serem aplicados, o índice constitucional até o final do 5º bimestre correspondia a apenas 2,44% da receita prevista para o ano. Esse valor está abaixo do seu correspondente observado ao final de outubro de 2007 (3,22%), apesar da despesa nos dois períodos ser aproximadamente a mesma.

De fato, o orçamento do Fundo para o exercício de 2008 sofreu vários aumentos, passando de R\$232,37 milhões na dotação inicial para R\$ 311,32 milhões após a última reavaliação de receitas (Tabela 25). Assinale-se que, apesar da execução do FECAM ser hoje descentralizada — com os recursos sendo designados nos orçamentos das unidades gestoras individuais — há perfeito controle na aplicação de todos os recursos direcionados ao fundo. O comitê gestor do FECAM não só aprova a destinação dos recursos do fundo, mas também acompanha sua efetiva aplicação pelos diversos órgãos através dos quais as ações financiadas pelo fundo são executadas. Estas ações cobrem uma ampla gama de intervenções de grande impacto para a qualidade de vida de todos os residentes no Rio de Janeiro (Tabela 27).

A execução da despesa do FECAM representava ao final do 5º bimestre aproximadamente 1/3 da sua dotação atual, ou 44% da dotação inicial (Tabela 26). A execução mostrou-se mais acelerada na SERLA e CEDAE (incluindo sistema Barra), com menor velocidade na SEOBRAS e outras secretarias (Tabela 26).

A menor velocidade de execução deveu-se em alguns casos à dificuldade de sincronização de repasses do PAC. Em outros casos, como na RIOTRILHOS, ao tempo necessário para se aditar o contrato associado ao projeto. No caso da CEHAB, em especial no que tange à regularização ambiental de projeto de habitação popular, a suplementação orçamentária é relativamente recente.

Tabela 25

| DOTAÇÃO ATUAL - FECAM | | | | |
|-----------------------|------------|-----------------|------------------------|------------------------|
| R\$ milhões | | | | |
| UO | TIT UO | DOTAÇÃO INICIAL | DOTAÇÃO DECRETO 41.448 | DOTAÇÃO DECRETO 41.510 |
| 0701 | SEOBRAS | 32,00 | 32,00 | 32,00 |
| 0741 | DER | ,60 | ,60 | ,60 |
| 0771 | CEDAE | 84,40 | 100,66 | 100,66 |
| 1971 | CEHAB | 7,50 | 14,79 | 14,79 |
| 2401 | SEA | 16,22 | 13,00 | 39,80 |
| 2404 | FECAM | 8,23 | 11,45 | 21,27 |
| 2441 | FEEMA | 1,53 | 1,53 | 1,53 |
| 2442 | IEF | 1,00 | 1,00 | 1,00 |
| 2443 | SERLA | 55,90 | 55,90 | 55,90 |
| 3172 | CENTRAL | 8,00 | 8,00 | 8,00 |
| 3173 | RIOTRILHOS | 17,00 | 33,77 | 35,77 |
| TOTAL GERAL | | 232,38 | 272,70 | 311,32 |

Tabela 26

| EXECUÇÃO POR UO - FECAM | | | | | | |
|-------------------------|------------|---------------|---------------|--------------|---------------|--------------|
| R\$ milhões | | | | | | |
| UO | TIT UO | DOT. ATUAL | EMPENHADO | EMP % | LIQUIDADO | LIQUI % |
| 0701 | SEOBRAS | 32,00 | 27,34 | 85,4% | ,03 | 0,1% |
| 0741 | DER | ,60 | ,00 | | ,00 | |
| 0771 | CEDAE | 100,66 | 88,92 | 88,3% | 42,66 | 42,4% |
| 1971 | CEHAB | 14,79 | 14,02 | 94,8% | 1,73 | 11,7% |
| 2401 | SEA | 39,80 | 16,21 | 40,7% | 11,11 | 27,9% |
| 2404 | FECAM | 21,27 | 7,16 | 33,7% | 5,25 | 24,7% |
| 2441 | FEEMA | 1,53 | ,18 | 11,5% | ,09 | 5,9% |
| 2442 | IEF | 1,00 | ,00 | | ,00 | |
| 2443 | SERLA | 55,90 | 42,52 | 76,1% | 29,39 | 52,6% |
| 3172 | CENTRAL | 8,00 | 8,00 | 100,0% | 7,64 | 95,6% |
| 3173 | RIOTRILHOS | 35,77 | 33,77 | 94,4% | 6,53 | 18,3% |
| TOTAL | | 311,32 | 238,11 | 76,5% | 104,35 | 33,5% |

Tabela 27

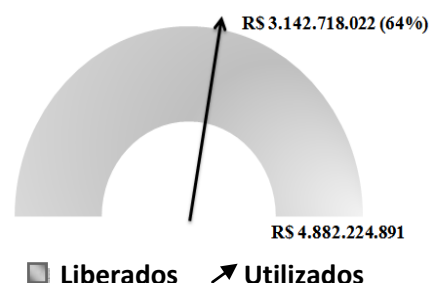
Em R\$

| PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS NO PERÍODO DE JANEIRO A OUTUBRO DE 2008 | | | |
|---|--|---|--------------------|
| TÍTULO | PROGRAMA DE TRABALHO | APLICAÇÃO DOS RECURSOS | VALOR APLICADO |
| SEOBRAS | Programa de Aceleração do Crescimento - PAC | ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DO GUANDU PAC - SÃO GONÇALO AMPLIAÇÃO DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO NA BAIXADA FLUMINENSE | 31.956 |
| CEDAE | Saneam Bacias do Entorno da Baía de Guanabara (PDBG) | ESTAÇÃO DE TRATAMENTO ALEGRIA | 42.663.952 |
| | Esg Sanitário Barra, Recreio e Jacarepaguá (PDBJ) | ESGOTAMENTO SANITARIO DE JACAREPAGUÁ E BARRA DA TIJUCA E OBRAS DE SANEAMENTO NO RECREIO DOS BANDEIRANTES | |
| CEHAB | Construção de Unidades Habitacionais | URBANIZAÇÃO O E SANEAMENTO NO EMPREENDIMENTO SEPETIBA II | 1.732.072 |
| | Projeto Bacia dos Rios Iguaçu/Sarapuí - | CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS EM BELFORT ROXO E MESQUITA | |
| SEA | Estrut do Inst Estadual do Ambiente - INEA | DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS PARA A INSTALAÇÃO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA | 11.106.597 |
| | Agenda 21 Escolar: Formando Elos de Cidadania | EDUCAÇÃO AMBIENTAL PROJETO AGENDA 21 | |
| | Zoneamento Ecológico-Econômico | ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO | |
| FECAM | Projeto FECAM | 1ª ETAPA DAS OBRAS DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE DUQUE DE CAXIAS URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO DO PROJETO NOVA SEPETIBA II | 5.245.309 |
| FEEMA | Sist de Gerenc Ambiental de Agrotóxico | AQUISIÇÃO DE VEÍCULO | 90.000 |
| SERLA | Projeto Iguaçu - PAC | DESOBSTRUÇÃO RIO SARAPUI - CONVÊNIO MINISTÉRIO DAS CIDADES CEF OBRAS EMERGENCIAIS NOS MUNICÍPIOS DE BELFORD ROXO, SÃO JOÃO DE MERITI E MESQUITA | 29.385.879 |
| | Recup, Cons e Revit Sist Costeiros Lagunares | PROJETO DE EDUCACAO AMBIENTAL - RIO AMA OS RIOS RECUPERACAO E MELHORIAS DE SISTEMAS LAGUNARES DESOBSTRUÇÃO DE CANAIS EM DIVERSOS MUNICÍPIOS DO RJ DRAGAGEM DAS LAGOAS DE ARARUAMA E SAQUAREMA SISTEMAS DE COLETA E TRAT.DOS ESGOTOS SANITÁRIOS NO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS SANEAM.AMBIENTAL /SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NOS MUNICÍPIOS DE RESENDE E ITAITIAIA | |
| | Prevenção e Controle Ambiental de Inundações | RECUPERAÇÃO DAS ECO-BARREIRAS CONTROLE DE INUNDAÇÕES E RECUP.AMBIENTAL- RIOS IGUAÇU/BOTAS E SARAPUÍ DESOBSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS MARGENS DE DIVERSOS CURSOS D'AGUA CONTROLE DE INUNDAÇÕES E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE CURSOS D'ÁGUA | |
| CENTRAL | Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário | GERENCIAMENTO DO PET. MELHORIA DA VIA PERMANENTE NO SISTEMA DE BONDES DE SANTA TERESA OBRAS DE REQUALIFICACAO URBANA DA ESTACAO DUQUE DE CAXIAS - PRIMEIRA ETAPA | 7.644.740 |
| RIOTRILHOS | Expansão e Consolid da Rede Priorit Básica | EXECUCAO DAS OBRAS DO METRO EM COPACABANA | 6.527.973 |
| | | | 104.428.478 |

IV.4 Cota Financeira²⁶

Desde quando foi instituída, no mês de fevereiro, a cota financeira vem representando um instrumento de controle dos desembolsos realizados pelo Estado, permitindo o equilíbrio do Tesouro Estadual, bem como a programação do gasto por parte dos órgãos, conferindo maior grau de segurança aos fornecedores e outros agentes que lidam com o Estado, os quais sabem agora com antecedência o valor de recursos financeiros disponíveis pelos órgãos a que prestam serviço.

Gráfico 6
Recursos Liberados / Recursos Utilizados
Cota Financeira – Out/2008



²⁶ Os valores apresentados no Quadro 3 estão acumulados.



A cota financeira, limite para emissão de Programação de Desembolso (PD), não se aplica aos gastos de pessoal, às despesas não discricionárias (EGE e Poderes) e àquelas financiadas com recursos próprios dos órgãos (FR10). Embora represente apenas 10% da despesa paga no período, sua implantação vem representando um instrumento de planejamento orçamentário e financeiro, mudando a cultura de execução de despesas sem cobertura financeira e de geração de passivos para o ERJ.

A utilização da cota financeira das fontes Tesouro tem estado acima de 80% no quinto bimestre, demonstrando conforto na execução do orçamento

Sua implantação no SIAFEM ocorreu efetivamente em junho e desde então, a liberação de recursos e os valores realizados nas fontes Tesouro tem se mantido em torno de 84%. Com relação às outras fontes, a realização desses recursos se mostra um pouco mais instável por conta do andamento de convênios e alguns atrasos no repasses dos recursos.

Tabela 28

Em R\$

| VALOR AUTORIZADO | | | |
|------------------|-------------------------|---------------|---------------|
| | → IMPLANTAÇÃO NO SIAFEM | | |
| FONTE DE RECURSO | 2º QUAD | SET | OUT |
| TESOURO | 2.000.480.783 | 2.357.108.037 | 2.776.525.033 |
| OUTRAS FR | 1.535.179.001 | 1.804.675.436 | 2.105.699.857 |
| TOTAL | 3.535.659.784 | 4.161.783.473 | 4.882.224.891 |
| VALOR REALIZADO | | | |
| FONTE DE RECURSO | 2º QUAD | SET | OUT |
| TESOURO | 1.641.506.066 | 1.973.595.315 | 2.342.459.553 |
| OUTRAS FR | 587.738.989 | 702.588.032 | 800.258.470 |
| TOTAL | 2.229.245.055 | 2.676.183.347 | 3.142.718.022 |
| % REALIZAÇÃO | | | |
| FONTE DE RECURSO | 2º QUAD | SET | OUT |
| TESOURO | 82% | 84% | 84% |
| OUTRAS FR | 38% | 39% | 38% |
| TOTAL | 63% | 64% | 64% |

V. Administração Financeira

V.1 Pagamento de PD's

O prazo médio de pagamento das PD's nas áreas prioritárias manteve-se em 12 dias. Desta forma, o Tesouro Estadual vem confirmando seu compromisso com as áreas da saúde, educação e segurança, que são prioritárias nesta gestão. Nas demais áreas, também se mantiveram os mesmos 18 dias informados na edição anterior.

A melhora e regularidade do pagamento também se verificaram no que tange à proporção de PDs pagas em até 30 dias. Na primeira edição do boletim da Secretaria de Fazenda anunciou-se que cerca de 80% das PD's eram pagas em até 30 dias; nos meses de setembro e outubro aproximadamente 92% das PD's, de custeio e capital foram pagas em até 30 dias. Pagaram-se no período mais de 13 mil PD's. Esses números refletem o aprimoramento da gestão dos recursos públicos e do processo de pagamentos da administração pública, que hoje é bem mais célere e transparente.

No mês de novembro, a Secretaria de Estado de Fazenda ampliou a comunicação sobre os pagamentos individuais. Além de manter a publicação do pagamento individualizado das PD's, acessível pela internet, a Secretaria passou a divulgar em seu site (www.fazenda.rj.gov.br) um relatório gerencial dedicado aos fornecedores do Estado. A disponibilização do relatório tem a finalidade de melhorar a relação do Estado com os seus fornecedores, e dar mais previsibilidade aos pagamentos, contribuindo, assim, para melhorar o ambiente de negócios no Rio de Janeiro.

No relatório, o fornecedor tem acesso a um histórico do relacionamento com os diversos órgãos da administração do Estado nos últimos 60 dias, além dos pagamentos previstos a serem executados pelo Tesouro Estadual

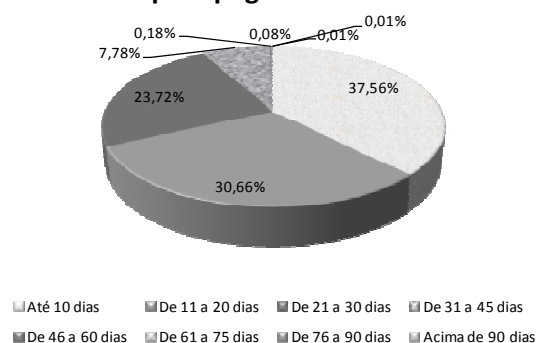
Tabela 29

| ÁREAS | PRAZO MÉDIO |
|--------------------|-------------|
| PRIORITÁRIA | 12 |
| NÃO PRIORITÁRIA | 18 |
| Total geral | 15 |

Fonte: Sistema de Apoio ao Tesouro Estadual - SATE

Gráfico 7

Prazo para pagamento das PD's



(fontes: 00, 01, 04, 06, 22) nas datas: 07, 15, 25 de cada mês.

O documento irá detalhar informações contidas na Programação de Desembolso (PD) como, por exemplo, o tipo do serviço prestado ou do produto fornecido, o valor, e a data de inclusão da PD nos sistemas da Secretaria de Fazenda. As informações referentes aos pagamentos previstos estarão disponíveis oito dias antes da data do desembolso, e apenas as empresas com certificação digital terão acesso à informação.

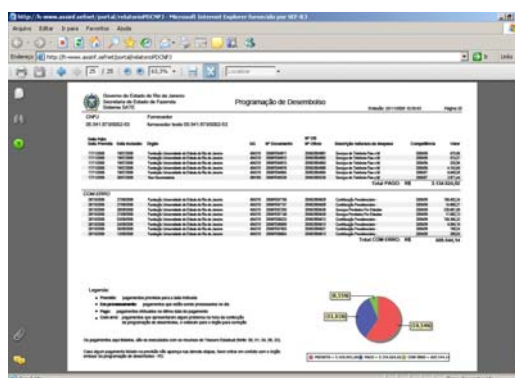
A divulgação desse novo serviço no portal da Fazenda inaugura o novo acesso (*link*) ao portal, FORNECEDORES, destinado aos prestadores de serviço do Estado pagos com recursos do Tesouro. No novo *link* estão informações sobre Restos a Pagar e sobre as Programações de Desembolso, e as informações sobre os pagamentos efetuados e o prazo médio de pagamento das PD's já estavam disponíveis desde o 1º semestre deste ano.

V.2 Aplicações Financeiras

O Estado do Rio de Janeiro mantém a diversificação de seus investimentos entres os bancos habilitados (Itaú, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal). Essa diversificação baseia-se no acompanhamento mensal das aplicações financeiras, e seu rendimento relativo ao valor de referência (*benchmark*) da rentabilidade do CDI.

Com o objetivo de manter-se a rentabilidade acima do CDI, o Estado tem-se valido da constituição de fundos exclusivos, notadamente nos bancos oficiais. Os fundos mais tradicionais remuneram hoje acima do CDI, e futuras diversificações dependerão deste desempenho. De fato, a rentabilidade em todos os fundos já se aproximou da performance do CDI, refletindo a concorrência e aproximação do retorno dos diversos fundos.

Figura 1



V.3 Pagamento das Concessionárias de Serviço Público

O controle da execução orçamentária, por meio do Programa de Trabalho Pagamento Despesas com serviços de Utilidade Pública, e, conseqüente, equilíbrio orçamentário-financeiro contribuíram para o adimplimento de 99% das faturas emitidas até novembro.

Os esforços empreendidos pela Coordenação de Pagamento de Concessionárias contribuíram para o grande percentual pago. Estes esforços visam entre outros objetivos que os órgãos de ponta tenham maior controle do recebimento e velocidade no ateste das faturas, possibilitando assim que aquela Coordenação possa empenhar, liquidar e emitir as Programações de Desembolso pertinentes a essas despesas.

Essa sistemática se tornou possível porque os órgãos dispõem de recursos direcionados para a adimplência destes serviços. Segundo disposto no Decreto nº 35.670/04, os órgãos devem descentralizar para o Tesouro os seus orçamentos destinados ao pagamento das concessionárias incluídas no Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias - SIPC. Esta ação, assinala-se, tem gerado efeito positivo para aqueles gastos com serviços públicos que não foram ainda abarcados pelo SIPC. Isto se dá porque os ordenadores de despesas dos órgãos são constantemente lembrados pela presença do SIPC da importância da execução dos procedimentos necessários à quitação dessas obrigações no tempo devido, evitando-se a geração desnecessária de pendências.

Outro fator importante para esse desempenho foi a inclusão da PD contábil no SIAFEM, pois a vinculação das despesas orçamentárias com os recursos

financeiros, administrada por meio de liberações das cotas financeiras, garante o lastro das despesas registradas.

Com o consumo mais racional, os pagamentos das faturas das concessionárias de serviços públicos, nos meses de setembro/outubro/2008, totalizaram R\$ 34 milhões, ou seja, cerca de 12% inferior ao bimestre anterior.

Comparando-se o faturamento de 2007 com 2008 das concessionárias mais representativas, as medidas adotadas refletiram no exercício de 2008 uma economia de 10%, nos gastos com a concessionária Light (beneficiados também pela queda da tarifa para o consumidor de baixa tensão), e 12%, com a Telemar.

Em relação aos serviços de telefonia, dando continuidade à implantação do contrato celebrado em maio deste ano com a Telemar, vários órgãos que aderiram a estes contratos já estão com os telefones novos instalados. Em novembro, quatro órgãos ingressaram nesse contrato, totalizando, assim, dezesseis órgãos que possuem telefones migrados para o recente sistema, incluídos na mesma modalidade de procedimentos de pagamento previsto SIPC. A redução de custos, ainda incipiente, já começa a ser observada, especialmente em outubro.

V. 4 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

O programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados, instituído em 2007, por meio do Decreto nº 40.874/2007 tem progredido. Estima-se que aproximadamente 70% do total dos credores (em torno de 559) que aderiram ao programa serão adimplidos até o final de novembro, com o pagamento da terceira parcela – para os credores que ingressaram com requerimento na primeira

Gráfico 8

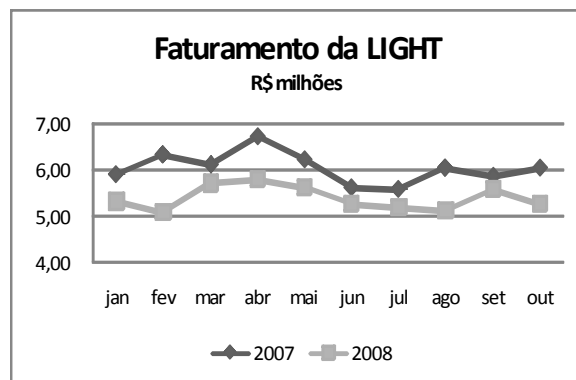


Gráfico 9

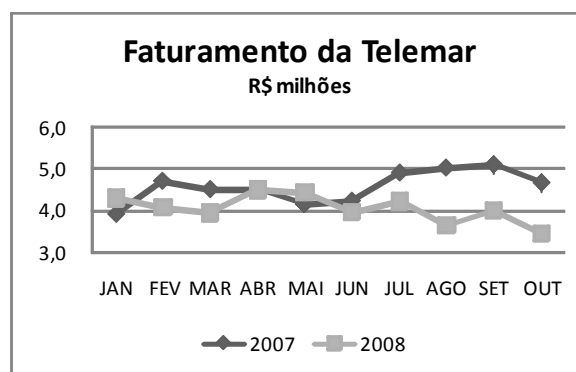
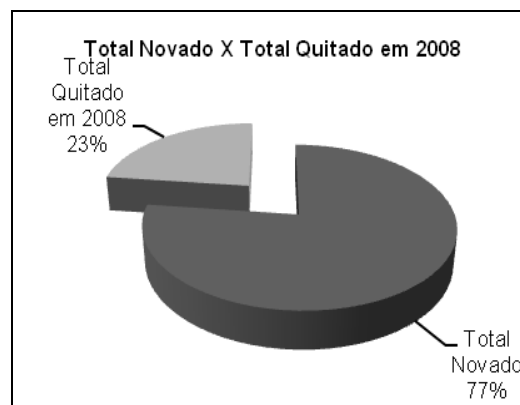


Gráfico 10



fase do programa – e da segunda parcela – para os credores que aderiram na segunda fase.

O montante total dessas parcelas é de aproximadamente R\$ 15,3 milhões. Assim, ao final de 2008, espera-se quitar cerca de 48 milhões do total renegociado de R\$ 206 milhões. Constata-se, portanto, que aproximadamente cerca de 23% do valor negociado já estará saldado.

Também ocorreram grandes progressos na regularização de RP's da Fonte 04 – FECAM. Após a publicação do Decreto nº 41.377/2008, que definiu os critérios empregados para os pagamentos dos restos a pagar processados no exercício de 2002 a 2006, suportados por fontes de recursos provenientes do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e de Desenvolvimento Urbano – FECAM (FR 04), passou-se a celebrar os Termos de Ajuste e Quitação de Restos a Pagar.

Atualmente, das 89 empresas que possuíam créditos da mencionada fonte, totalizando um montante de aproximadamente R\$ 36 milhões, 51 empresas já ofereceram descontos sobre o valor histórico das obrigações registradas no SIAFEM/RJ. Dessa maneira, essas empresas tiveram seus créditos honrados em parcela única, ainda no exercício de 2008, representando cerca de 64% do total negociado.

- Oferta Pública de Recursos

O processo de elaboração do Edital da primeira Oferta Pública de Recursos encontra-se em estágio avançado. Esta oferta possibilitará a Secretaria de Estado de Fazenda antecipar as últimas parcelas do pagamento previsto no Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados, desde que oferecidos descontos pelo credor. O Edital, conforme dispõe o art. 4º da Resolução SEFAZ nº 152/2008, será publicado no Diário Oficial e conterá: a descrição do objeto; a divulgação da instituição financeira

Gráfico 11

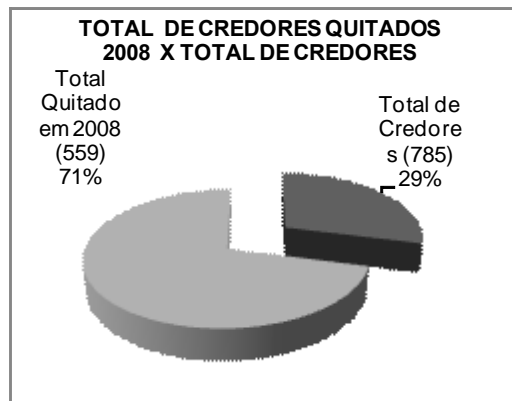
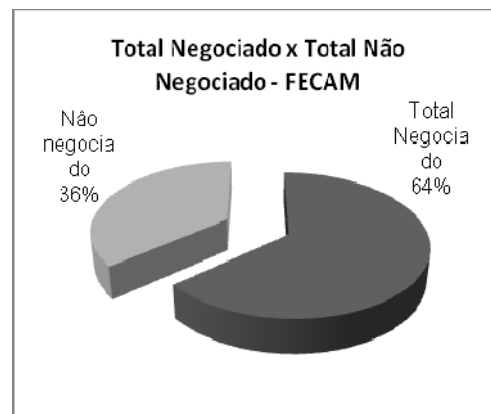


Gráfico 12





incumbida de operacionalizar o sistema eletrônico para a oferta pública de recursos; as exigências para habilitação do credor e de certificação do crédito para participação na oferta pública de recursos; o valor máximo de recursos a serem ofertados; o valor máximo a ser negociado por credor; o percentual mínimo de desconto sobre o débito a ser oferecido pelo credor; os procedimentos da oferta proposta, sua aceitação e classificação, bem como da publicação do resultado e os prazos para o pagamento.

Um importante passo para a implementação dessa estratégia foi a celebração do “Contrato de Prestação de Serviços por Instituição Financeira para a Operacionalização da Oferta Pública de Recursos, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Maior Percentual de Desconto”. O contrato entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco do Brasil S.A., com a interveniência da Secretaria de Estado da Fazenda, foi assinado em solenidade no Palácio Guanabara em 02/12/2008.

No tocante às exigências para a habilitação dos credores para a participação do leilão, em linhas gerais, será necessário: credenciar-se junto ao Banco do Brasil para a retirada de uma chave-senha. Esta chave-senha possibilitará ao credor acessar, na data marcada para o leilão, a página da rede mundial de computadores (Internet), no endereço a ser publicado no Edital, e realizar as ofertas de lances e os respectivos valores de descontos.

V.5 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

O Governo do Estado tem como meta aplicar R\$ 134 milhões de recursos do Tesouro no pagamento de precatórios em 2008. A meta do Tesouro será acrescida do valor de R\$ 18 milhões a cargo do Rioprevidência, para pagamento de precatórios inscritos especialmente contra o IPERJ. Este total representa um aumento superior a 100% em relação ao valor aplicado no pagamento dessas obrigações no ano anterior. Até outubro já foram pagos R\$ 115 milhões.

Uma parte significativa dos pagamentos vem se dando por meio de parcelamentos voluntários, o que ajudou a ampliar o número de precatórios adimplidos. Ao fim do 5º bimestre de 2008 havia 29 acordos de parcelamento de precatórios vigentes, representando um comprometimento mensal de aproximadamente R\$ 8,5 milhões. Quatro desses acordos foram negociados no próprio bimestre, sempre pela Procuradoria Geral do Estado.

No quinto bimestres foram despendidos em pagamento de precatórios R\$ 23 milhões oriundos de recursos próprios do Tesouro e R\$ 6 milhões provenientes da aplicação de recursos do Rioprevidência, no pagamento dos precatórios inscritos contra o IPERJ. Do total de R\$ 29 milhões, R\$19,7 milhões foram destinados para precatórios de natureza alimentícia, e R\$ 9,2 milhões em precatórios de natureza comum, que em geral são provenientes de ações de desapropriação. A despesa com precatórios alimentícios correspondeu, portanto, a 70% da despesa total. Como resultado, foram quitados 68 novos precatórios no quinto bimestre de 2008, sendo 58 de natureza alimentícia e 10 de natureza comum.

Gráfico 13



Gráfico 14



Requisições Judiciais de Pequeno Valor – RPV

Nos meses de setembro e outubro foram pagas 134 requisições de pequeno valor, o que representou o desembolso de aproximadamente R\$ 1,6 milhão dos cofres estaduais.

Embora essas requisições de pagamento também sejam procedentes de condenações judiciais, dado o seu valor, inferior a 40 salários mínimos, as mesmas devem ser pagas em até 90 dias, não havendo necessidade de previsão orçamentária.

Como essas despesas não são previstas em orçamento, mas respondem ao fluxo das decisões judiciais, o valor pago por bimestre pode flutuar substancialmente. No 5º bimestre, por exemplo, o cumprimento dessas requisições judiciais representou a importância de apenas R\$1.532.930,21, representando uma redução de 33% em relação ao bimestre anterior, o qual apresentou uma concentração singular.

Pagamento total de Requisições Judiciais

Só no quinto bimestre foram pagas 202 requisições de pagamento judiciais, o que representou um gasto de cerca de R\$ 30 milhões, em linha com o objetivo de se alcançar a meta de mais de R\$ 150 milhões de pagamentos. Esta meta contrasta com a média de pouco mais de R\$ 30 milhões anuais, verificada em 2002 – 2006. Mesmo o volume de RPV's pagas nos primeiros oito meses de 2008 vem aumentando. O valor pago nos primeiros cinco bimestres de 2008 aumentou cerca de 220% em relação ao mesmo período de 2007.

O maior dinamismo nos pagamentos exigiu a reformulação da área correspondente na Secretaria de Fazenda. Com o intuito de melhorar o controle de pagamento dessas

Tabela 30

| PAGAMENTOS DE RPV - 2008 | | |
|--------------------------|------------|--------------|
| MÊS | QUANTIDADE | VALOR |
| janeiro | 76 | 551.498,34 |
| fevereiro | 38 | 319.345,96 |
| março | 141 | 909.194,24 |
| abril | 45 | 455.424,13 |
| maio | 47 | 359.660,37 |
| junho | 70 | 568.494,61 |
| julho | 75 | 2.707.101,75 |
| agosto | 183 | 1.880.845,70 |
| setembro | 93 | 677.272,17 |
| outubro | 41 | 855.658,04 |

Tabela 31

| Pagamento de RPV | 2007 | 2008 |
|------------------|--------------|--------------|
| Quantidade | 668 | 812 |
| Valor | 4.279.960,99 | 9.300.536,61 |

obrigações e dada a natureza das mesmas, a área de execução e acompanhamento de pagamento de precatórios foi transferida para a Superintendência de Controle da Dívida Pública recentemente. Nesta superintendência, foi criada uma coordenação específica para controlar os pagamentos de Precatórios,²⁷ a qual vem buscando, por meio do aprimoramento de registros e sistemas de controle, a equalização numérica e qualitativa das informações concernentes a precatórios junto aos dados constantes da Divisão de Precatórios do Tribunal de Justiça.

V. 6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu serviço

Dispêndio com a dívida pública

O Estado do Rio de Janeiro desembolsou R\$ 602 milhões com o serviço da dívida da administração direta no 5º bimestre de 2008, um aumento de 29,6% em relação ao bimestre anterior. Esta variação se deveu principalmente à concentração de pagamentos da dívida externa, que subiram de R\$ 13,9 milhões no quarto bimestre para R\$ 109,5 milhões no quinto bimestre (Tabela 35).

Tabela 32

R\$ mil

| Dispêndio com a Dívida Pública pago no bimestre (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas) | | | | | | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 4º Bimestre | | | 5º Bimestre | | |
| | Principal | Encargos | Total | Principal | Encargos | Total |
| ADM. DIRETA | 109.466 | 354.911 | 464.377 | 186.048 | 411.643 | 597.691 |
| INTRALIMITE | 67.156 | 330.532 | 397.688 | 72.252 | 361.470 | 433.722 |
| EXTRALIMITE | 42.310 | 24.379 | 66.689 | 113.797 | 50.173 | 163.970 |
| INTERNA | 35.125 | 17.724 | 52.849 | 35.935 | 18.557 | 54.492 |
| EXTERNA | 7.185 | 6.655 | 13.840 | 77.862 | 31.616 | 109.478 |
| ADM. INDIRETA HONRADA | 659 | 239 | 897 | 3.326 | 1.935 | 5.261 |
| TOTAL | 110.124 | 355.150 | 465.274 | 189.374 | 413.578 | 602.952 |
| Informações complementares: | | | | | | |
| Valor devido intra-limite | 161.626,16 | 366.486,71 | 528.112,87 | 166.744,41 | 365.849,53 | 532.593,94 |
| Diferença incorporada no resíduo | 94.470,59 | 35.954,24 | 130.424,83 | 94.492,81 | 4.379,60 | 98.872,40 |
| Valor pago pelo limite (13% da RLR) | 67.155,58 | 330.532,46 | 397.688,04 | 72.251,60 | 361.469,93 | 433.721,54 |

* Valores pagos no bimestre a preços correntes.

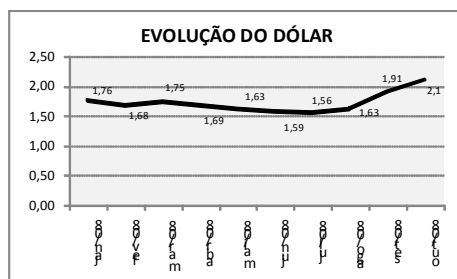
²⁷ A criação da Coordenação de Precatórios será publicada na nova estrutura organizacional da SUBFIN.

Os pagamentos da dívida interna da administração direta somaram R\$ 493,5 milhões no quinto bimestre, dos quais R\$ 433 milhões devidos à dívida intralimite. Como a parcela calculada pela Tabela Price somou R\$ 533 milhões, houve acúmulo de resíduo de R\$ 98 milhões.

O pagamento da administração indireta honradas com recursos do Tesouro Estadual²⁸ teve um aumento de 486% em relação ao bimestre anterior, totalizando neste bimestre R\$ 5,3 milhões, sendo que R\$ 4,34 milhões foram referentes ao pagamento da semestralidade da dívida da Rio Trilhos.

O crescimento do pagamento da dívida externa também foi influenciado pela desvalorização do real, ocasionada pela crise no mercado externo. No mês de agosto, o dólar fechou em R\$ 1,63 e no mês de outubro a moeda fechou em R\$ 2,10, ou seja, 29% maior que o bimestre anterior.

Os pagamentos da dívida do Estado em 2008 somaram R\$ 2,59 bilhões até o final do quinto bimestre. Destes, R\$ 2,08 bilhões, representam pagamentos da dívida intralimite, um crescimento de R\$ 127 milhões em relação a 2007. O crescimento percentual de 6,5% deve-se ao crescimento da receita líquida real de 6,45%, que refletiu a receita extraordinária da venda da folha de pagamento para o Itaú, assim como o bom desempenho das receitas de petróleo ao longo do ano. A recente queda no valor dos royalties deverá ter um impacto escalonado sobre a receita líquida real usada para o cálculo do teto do serviço da dívida intralimite, visto que este teto é calculado sobre a média da receita líquida real dos últimos 12 meses.

Gráfico 15


²⁸ Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual são as entidades que não tem recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CEDAE, CODERTE, FESP e IVB por possuírem fontes de receitas próprias não são citadas no quadro do serviço da dívida.

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 5º bimestre deste ano, o estoque da Dívida Financeira somou o montante de R\$ 51,98 bilhões, 0,92% maior que o bimestre anterior, não obstante o pagamento de R\$ 189,37 milhões de principal. Este crescimento se deve ao reajuste do estoque da dívida interna pelo IGP e da dívida externa pelo dólar. O impacto da moeda estrangeira, no entanto, é limitado, porque a dívida externa corresponde a apenas 3% do total da dívida fundada da administração direta. O principal do serviço da dívida nos cinco primeiros bimestres de 2008 foi de R\$ 710,92 milhões.

O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/Receita Líquida Real—DF/RLR) acordado entre a União e o Estado do Rio, apresentou melhora pelo segundo bimestre consecutivo. A relação caiu de 2,36 para 2,30, diminuindo em 2,49% em relação ao bimestre anterior. Prevê-se que o índice deva fechar o ano dentro da meta original acordada com o Tesouro Nacional, de uma relação DF/RLR 2,38²⁹.

²⁹ Essa meta é ajustada no fechamento do programa de ajuste fiscal, e ficará acima da meta original. Tal fato ocorrerá porque o IGP-DI realizado em 2008 ficará acima do projetado, ocasionando uma redução da RLR deflacionada, e o aumento do estoque da dívida do Estado (em particular daquela contraída sob a Lei nº 9.496/97).

Tabela 33
R\$ mil

| DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL - 2008 | | | | | | |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-----------------|
| | 1º Bimestre | 2º Bimestre | 3º Bimestre | 4º Bimestre | 5º Bimestre | Δ % no bimestre |
| ADM DIRETA - DÍVIDA FUNDADA | 48.210.169 | 48.666.866 | 49.961.686 | 51.442.267 | 51.907.155 | 0,90% |
| Interna | 46.765.728 | 47.278.217 | 48.619.269 | 50.076.736 | 50.179.292 | 0,20% |
| DÍVIDAS COM A UNIÃO | 46.765.728 | 47.278.217 | 48.619.269 | 50.076.736 | 50.179.292 | 0,20% |
| OUTRAS DÍVIDAS CONTRATUAIS | - | - | - | - | | |
| Externa | 1.444.440 | 1.388.649 | 1.342.416 | 1.365.531 | 1.727.863 | 26,53 |
| COM AVAL DO TESOUREO NACIONAL | 1.441.753 | 1.385.956 | 1.339.874 | 1.362.961 | 1.724.601 | 26,53 |
| MOBILIÁRIA | 2.687 | 2.694 | 2.542 | 2.570 | 3.262 | 26,91 |
| ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOUR) | 71.697 | 69.439 | 66.625 | 67.398 | 77.014 | 14,27 |
| DÍVIDA FINANCEIRA | 48.281.865 | 48.736.305 | 50.028.310 | 51.509.665 | 51.984.169 | 0,92 |
| RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI | 20.302.685 | 20.640.523 | 20.919.000 | 21.806.747 | 22.569.078 | 3,50 |
| RELAÇÃO DF / RLR | 2,38 | 2,36 | 2,39 | 2,36 | 2,30 | -2,49 |

* Valores a preços correntes

Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 128 milhões de receita de operações de créditos até o final do quinto bimestre de 2008. Só no 5º bimestre, R\$ 12 milhões foram destinados para a expansão da Linha 1 do Metrô – entre as estações Cantagalo e General Osório (BNDES).

No mês de outubro, o Estado do Rio deu entrada junto à Secretaria do Tesouro Nacional a um pedido para contratação de uma nova operação de crédito externo junto ao BIRD. O pleito foi de US\$ 39 milhões e será destinado à execução do projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas – Projeto Rio Rural.

Tabela 34
R\$ milhões

| | 2008 | | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | APÓS | TOTAL |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-------------|-----------------|
| | Liberado | a Liberar | a Liberar | a Liberar | a Liberar | a Liberar | a Liberar | 2013 | a Liberar |
| 1. Operações de Crédito Contratadas | 128,14 | 90,24 | 112,96 | - | - | - | - | - | 203,20 |
| A - Operações contratadas com o SFN | 128,14 | 90,24 | 112,96 | - | - | - | - | - | 203,20 |
| 1. BNDES - EXPANSÃO METRÔ - 12.1.154 C | 3,58 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 2. BNDES - EXPANSÃO METRÔ - 12.1.164 D | 1,84 | 3,27 | - | - | - | - | - | - | 3,27 |
| 3.1. BNDES - EXPANSÃO METRÔ - 12.1.165 A | - | 3,30 | - | - | - | - | - | - | 3,30 |
| 3.2. BNDES - EXPANSÃO METRÔ - 12.1.165 B | 1,06 | 3,28 | - | - | - | - | - | - | 3,28 |
| 4. BNDES - EXP. METRÔ - 12.1.169(GENERAL OSÓRIO) | 68,36 | 51,80 | 102,99 | - | - | - | - | - | 154,79 |
| 5. BIRD - Programa Estadual de Transportes - ADICIONAL | 50,29 | 18,09 | 8,46 | - | - | - | - | - | 26,55 |
| 6. BNDES - PMAE | 3,00 | 10,50 | 1,51 | - | - | - | - | - | 12,01 |
| B - Demais | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação | - | - | 18,12 | 20,79 | 17,01 | 16,28 | 9,12 | 1,84 | 83,16 |
| 3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF | - | 114,15 | 306,23 | 302,60 | 285,99 | 246,00 | 160,00 | - | 1.414,97 |
| Total 1.+ 2. + 3. | 128,14 | 204,39 | 437,31 | 323,39 | 303,00 | 262,28 | 169,12 | 1,84 | 1.701,33 |

Tabela 35
R\$ mil

| Dispêndio com a Dívida Pública pago no bimestre (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas) | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|--------------------------|
| | 1º Bimestre | | | 2º Bimestre | | | 3º Bimestre | | | 4º Bimestre | | | 5º Bimestre | | | Δ % do total no bimestre |
| | Principal | Encargos | Total | Principal | Encargos | Total | Principal | Encargos | Total | Principal | Encargos | Total | Principal | Encargos | Total | |
| ADM. DIRETA | 110.283 | 341.035 | 451.318 | 167.568 | 396.478 | 564.046 | 129.722 | 372.555 | 502.277 | 109.466 | 354.911 | 464.377 | 186.048 | 411.643 | 597.691 | 28,71% |
| INTRALIMITE | 66.856 | 316.057 | 382.913 | 65.860 | 349.875 | 415.736 | 97.084 | 356.773 | 453.857 | 67.156 | 330.532 | 397.688 | 72.252 | 361.470 | 433.722 | 9,06% |
| LEI 9.496/97 | 7.312 | 200.313 | 207.625 | 2.582 | 230.978 | 233.560 | 371 | 237.612 | 237.983 | - | 208.894 | 208.894 | - | 237.180 | 237.180 | 13,54% |
| STN/BACEN | 42.928 | 103.852 | 146.779 | 43.890 | 104.691 | 148.581 | 45.406 | 106.780 | 152.187 | 47.427 | 109.956 | 157.383 | 48.256 | 110.289 | 158.545 | 0,74% |
| BONUS - DMLP/Estado | - | - | - | 2.277 | 1.816 | 4.093 | - | - | - | - | - | - | 3.094 | 1.974 | 5.068 | |
| LEI 8.727/93 - Estado | 10.252 | 8.523 | 18.776 | 10.431 | 8.365 | 18.796 | 10.620 | 8.209 | 18.828 | 10.825 | 8.059 | 18.884 | 11.036 | 7.906 | 18.942 | 0,31% |
| LEI 8.727/93- Estado/Cehab | 6.072 | 2.007 | 8.079 | 6.387 | 1.989 | 8.376 | 7.972 | 1.959 | 9.931 | 8.605 | 1.943 | 10.548 | 9.565 | 1.914 | 11.479 | 8,83% |
| LEI 8.727/93- Estado/Bco ERJ em L. Extrajud. | 292 | 80 | 372 | 294 | 79 | 373 | 296 | 77 | 373 | 298 | 76 | 374 | 300 | 74 | 375 | 0,26% |
| LEI 7.976/89 | - | 1.281 | 1.281 | - | 1.957 | 1.957 | 32.419 | 2.136 | 34.555 | - | 1.605 | 1.605 | - | 2.133 | 2.133 | 32,89% |
| EXTRALIMITE | 43.427 | 24.978 | 68.405 | 101.707 | 46.603 | 148.310 | 32.638 | 15.782 | 48.420 | 42.310 | 24.379 | 66.689 | 113.797 | 50.173 | 163.970 | 145,87% |
| LEI 9.424/96-FUNDEF | 15.472 | 3.184 | 18.656 | 15.472 | 2.928 | 18.400 | 15.472 | 2.784 | 18.256 | 15.472 | 2.847 | 18.319 | 15.472 | 2.748 | 18.220 | -0,54% |
| LEI 9.496/97 - COMISSÃO | - | 150 | 150 | - | 151 | 151 | - | 156 | 156 | - | 161 | 161 | - | 160 | 160 | |
| BNDES - METRÔ | 15.582 | 13.845 | 29.427 | 15.659 | 14.439 | 30.098 | 15.783 | 12.665 | 28.448 | 15.797 | 14.715 | 30.512 | 15.803 | 14.807 | 30.610 | 0,32% |
| BNDES - PMAE | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 52 | 52 | |
| CEF/PENAF | - | - | - | 1.593 | 845 | 2.438 | - | - | - | - | - | - | 1.547 | 791 | 2.337 | |
| PARCEL. PIS/PASEP | 1.741 | - | 1.741 | 1.770 | - | 1.770 | - | - | - | 1.372 | - | 1.372 | 798 | - | 798 | -41,84% |
| PARC-INSS/FGTS após 30/09/91 | 2.443 | - | 2.443 | 2.653 | - | 2.653 | 1.383 | - | 1.383 | 2.485 | - | 2.485 | 2.315 | - | 2.315 | -6,83% |
| EXTERNA | 8.189 | 7.800 | 15.988 | 64.560 | 28.240 | 92.800 | - | 177 | 177 | 7.185 | 6.655 | 13.840 | 77.862 | 31.616 | 109.478 | 691,03% |
| ADM. INDIRETA HONRADA | 621 | 244 | 865 | 2.586 | 1.806 | 4.393 | 643 | 240 | 883 | 659 | 239 | 897 | 3.326 | 1.935 | 5.261 | 486,26% |
| CEHAB - CEF | 6 | 2 | 9 | 9 | 4 | 13 | 3 | 1 | 4 | 6 | 2 | 9 | 6 | 2 | 8 | -7,06% |
| RIO TRILHOS - DMLP | - | - | - | 1.951 | 1.556 | 3.507 | - | - | - | - | - | - | 2.651 | 1.692 | 4.343 | |
| METRÔ EM LIQUIDAÇÃO - INSS | 76 | - | 76 | 77 | - | 77 | 78 | - | 78 | 78 | - | 78 | 79 | - | 79 | 1,11% |
| CENTRAL - REFER | 538 | 242 | 780 | 549 | 247 | 796 | 563 | 239 | 801 | 574 | 236 | 811 | 590 | 241 | 831 | 2,51% |
| TOTAL | 110.904 | 341.279 | 452.183 | 170.154 | 398.285 | 568.439 | 130.365 | 372.795 | 503.160 | 110.124 | 355.150 | 465.274 | 189.374 | 413.578 | 602.952 | 29,59% |
| Informações complementares: | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Valor devido intra-limite | 144.828 | 346.135 | 490.963 | 149.969 | 349.875 | 499.844 | 187.150 | 356.828 | 543.978 | 161.626 | 366.487 | 528.113 | 166.744 | 365.850 | 532.594 | |
| Valor pago pelo limite (13% da RLR) | 66.856 | 316.057 | 382.913 | 65.860 | 349.875 | 415.736 | 97.084 | 356.773 | 453.857 | 67.156 | 330.532 | 397.688 | 72.252 | 361.470 | 433.722 | |
| Diferença incorporada no resíduo | 77.972 | 30.078 | 108.050 | 84.108 | 0 | 84.108 | 90.066 | 55 | 90.121 | 94.471 | 35.954 | 130.425 | 94.493 | 4.380 | 98.872 | |

* Valores pagos no bimestre a preços correntes.